

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se no Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim, na freguesia de Ferreirim, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 21 de fevereiro de 2024.-----

ABERTURA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geadá, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias, Secretária da Junta de Freguesia de Avões, Tânia Isabel dos Santos Esteves, em substituição do seu Presidente, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Jorge Rodrigo dos Santos Assunção, em substituição da sua Presidente, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Lalim, João Francisco Nobre de Sousa, em substituição do seu Presidente, Lamego - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves), Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otília da Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'Él Rei - Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou a ausência dos membros, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Bruno Miguel de Moraes Carneiro e Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca.-----

1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, questionou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não havendo qualquer inscrição.-----

2. ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para cumprimentar todos presentes na sessão, e um cumprimento especial para a população de Ferreirim, na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia, agradecendo à Junta de Freguesia de Ferreirim e ao Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim por receber e acolher hoje a Assembleia Municipal neste espaço que, apesar de não ser propriedade da Junta de Freguesia é um espaço que está sempre disponível para a comunidade.---
De seguida, deu a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim para proferir uma mensagem de boas vindas, uma vez que hoje é o anfitrião desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim** para proferir a seguinte intervenção que se transcreve:-----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Morgado, Exmos. Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal, Sr. Engenheiro Francisco Lopes, Exmos. Senhores Vereadores, Caríssimos colegas Presidentes de Junta e restantes membros desta Assembleia Municipal, Digníssimo staff e público em geral, Bom dia! -----

Permitam-me que me dirija em primeiro lugar, ao meu povo de Ferreirim e lhes envie um abraço de compromisso. Compromisso em fazer mais e melhor. -----

A vós, aqui reunidos para mais uma Assembleia descentralizada, saúdo com carinho e transmito que é um gosto receber-vos. Sejam todos bem-vindos à Freguesia de Ferreirim. A esta Freguesia que outrora foi Paróquia e Freguesia de Mós, do concelho de Tarouca e que é tão antiga como Portugal. -----

A esta freguesia que em 1835, com a extinção do convento franciscano, passa a designar-se Ferreirim e a sua igreja paroquial deixa de ser em Mós, e passa a ser a do convento e o seu orago Santo António em substituição de Santa Maria Madalena.-----

Bem-vindos a esta Freguesia que em 1896, deixa de pertencer a Tarouca e passa para Lamego. A este Ferreirim que deve o seu nome a uma quinta dos Condes de Marialva.-----

Ferreirim tem inúmeros locais dignos de visita, mas que tem o convento de Santo António como ex-libris. No que concerne ao seu espólio, destacam-se oito tábuas pintadas pelos denominados “Mestres de Ferreirim”. -----

Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1944 e onde em 2016 é instalado um Centro Interpretativo. -----

Sejam bem-vindos a esta freguesia de gente trabalhadora, humilde e hospitaleira.-----

E são prova disso, os variados eventos realizados pelas Associações locais, onde destaco o “comer os milhos” que junta cerca de um milhar de pessoas, o grupo de cavaquinhos ou o rancho folclórico, o Lar de idoso ou até mesmo o Centro Escolar Sudeste. -----

Segundo os censos de 2021, habitavam em Ferreirim 897 pessoas. Apenas menos 0,8% que em 2011. Foi assim, a Freguesia do concelho que perdeu menos população.

Tem hoje 840 eleitores. -----

Ferreirim teve até hoje vários presidentes de junta. Todos diferentes, mas todos com o mesmo objetivo final: “O melhor para a freguesia.” -----

Ainda assim, existem inúmeros desafios pela frente. Muito há ainda para fazer. Mas hoje, menos que ontem. O executivo que lidero, é jovem, mas não irresponsável.-----

Sabemos o que queremos e para o que viemos. Sabíamos que poderia ser um caminho difícil. E é. -----

Exmo. Senhor Presidente Eng. Francisco Lopes e senhores vereadores agradeço todo o apoio prestado à nossa freguesia até aqui e continuaremos a contar com V. Exas. para os dias que se seguem. -----

Este povo conta convosco e vocês podem contar com ele. -----

Resta dirigir-me ao senhor Presidente da Assembleia, Dr. Ricardo Morgado, e comunicar-lhe o meu agrado na realização deste tipo de eventos, de freguesia em freguesia.-----

Termino a agradecer ao Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim, a cedência deste espaço. Sintam-se em Vossa casa.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que a última semana foi marcada por dois desaparecimentos físicos de duas pessoas importantes para Lamego e, por esse motivo, deu conhecimento à Assembleia de que deu entrada na Mesa dois votos de pesar, dando a palavra ao membro José Manuel Correia para proferir um dos votos de pesar.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para cumprimentar todos presentes na sessão, e um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim, Wilson Miguel Teixeira, agradecendo pelo facto de receber a Assembleia Municipal nesta freguesia fantástica e de um dinamismo ímpar, sendo prova disso o evento levado a cabo no passado fim de semana designado, “Comer os Milhos”, o qual contou com muitas pessoas que se associaram e passaram um dia muito alegre.- De seguida, apresentou o seguinte voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Manuel Teixeira, que se transcreve na íntegra: -----

“O Grupo Municipal da Coligação “Somos Lamego” expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de uma figura notável da nossa cidade de Lamego, muito estimada por toda a comunidade. -----

É com grande tristeza que prestamos homenagem ao senhor Dr. Manuel Teixeira que dedicou grande parte da sua vida ao serviço público e à comunidade lamecense tendo desempenhado papéis importantes em várias instituições, nomeadamente: foi Membro da Assembleia Municipal de Lamego, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e Juiz da Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios.-----

A sua dedicação, integridade, humanismo e trabalho em prol da nossa comunidade são uma referência e uma inspiração para todos nós. -----

Assim, propomos que a Assembleia Municipal delibere aprovar este VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Dr. Manuel Teixeira e manifestar à família enlutada as nossas mais profundas condolências.”-----

*Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir o seguinte: “É com muita emoção que venho falar sobre o senhor Dr. Manuel Teixeira, pois conheço-o desde a minha infância e foi a pessoa que mais terá influenciado o meu carácter e a minha maneira de ser. -----*

Tive a sorte de ele ter sido o meu mestre e de o poder observar de perto e de o poder escutar. Tive a sorte de aprender muito com ele e de conviver com ele nesta Assembleia Municipal, mesmo já volvidos muitos anos. Ele sentado na bancada do PSD e eu sentado na bancada do PS, sempre com um trato elegante e com muito respeito. Considero-o, por isso, um dos grandes desta Assembleia, entre outros.-----

Para mim, o senhor Dr. Manuel Teixeira, enquanto deputado, foi um dos grandes, porque sempre na riqueza da sua oratória, na elegância do seu trato, na paixão da defesa das suas ideias, nunca desprezou o adversário e nunca maltratou a ideia do adversário. Foi realmente o exemplo de alguém que soube passar muito bem por esta vida. -----

De facto, é verdade o que afirmou o senhor José Manuel Correia, ele colhia a simpatia, mas principalmente a admiração de todos, a maneira como ele se empenhou nas coisas de todos, a generosidade, a competência e a confiança que deixava atrás de si, merece por isso o nosso agradecimento e não tanto o nosso pesar, porque alguém que parte com uma vida tão cheia, digamos que a ideia do pesar pode fazer algum sentido, mas a ideia de agradecimento faz muito mais.-----

Deixo, por isso, em seu nome pessoal, em nome da bancada do PS e também ainda em nome daquilo que foi o trato entre as nossas forças partidárias enquanto liderou a bancada do PSD, um sentido gesto de homenagem ao senhor Dr. Manuel Teixeira.”----

*De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o voto de pesar em reconhecimento da vida magnífica que de facto o senhor Dr. Manuel Teixeira teve. -----*

Deliberação: O voto de pesar foi aprovado, por maioria, com vinte e nove votos a favor e com uma abstenção. -----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para apresentar o seguinte voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Alberto Cardoso: *“O senhor Dr. Alberto Cardoso foi um homem singularíssimo. Foi alguém, que também dedicou a sua vida em full time, ou seja, dedicou a sua vida a tempo inteiro à causa da comunidade. -----*

É conhecido o seu percurso, foi deputado da Assembleia da República, mas isso qualquer um pode ser, foi secretário da Assembleia da República, mas também praticamente qualquer um pode ser, foi Presidente da Junta, isso é que já não é para todos. E, principalmente foi um homem que criou uma obra, essa sim é que já é para poucos. -----

O senhor Dr. Aberto Cardoso perdeu as mãos quando era ainda muito jovem, mas uma coisa é certa essas mãos nunca pararam de lhe crescer, pois foi com essas mãos que conseguiu construir uma obra fantástica e que foi dirigida aos mais desprotegidos dos desprotegidos e àqueles que a sociedade olha com tolerância e às vezes com benevolência. E mesmo assim o senhor Dr. Aberto Cardoso, sem a ajuda de muitos apenas com a ajuda do seu entusiasmo, construiu algo que não me lembro que alguém sozinho tenha feito desde que sou nascido. -----

É fácil fazer com o dinheiro dos outros e é fácil fazer quando temos dinheiro para fazer, mas quando é necessário arranjar esse dinheiro e quando todas as dificuldades parecem apontar no sentido contrário e alguém sozinho consegue fazer aquilo que o senhor Dr. Aberto Cardoso conseguiu fazer, digo-vos isso é para poucos!-----

Não peço medalhas para o senhor Dr. Aberto Cardoso, digamos que há outros que as têm e que fizeram muito menos que ele. Ele não escreveu nenhum tratado, nem nenhum livro, mas podia tê-lo feito se calhar até uma enciclopédia há volta de muitas coisas. Também não foi alguém que tivesse feito o percurso fora de Lamego, e que portanto reconheçêssemos hoje como um grande herói de Lamego. Não! Mas fê-lo aqui junto a nós e realmente não escreveu obras de literatura, nem de história, nem do que quer que fosse. Construiu antes umas “portas” e umas “portas” do tamanho do mundo. -----

Era suposto vir fazer a apologia de um voto de pesar, mas é mais justo fazer um voto de louvor à vida do senhor Dr. Aberto Cardoso, pois deixa atrás de si um perfume que não vai acabar, pois a sua obra vai continuar. Um voto de pesar fica sempre bem, mas um voto de pesar é para o guerreiro que desce à tumba e leva as suas armas, mas um guerreiro que desce à tumba e deixa uma obra tão grande que vai fazer perpetuar a sua memória, considero por isso que merece um voto de louvor e uma profunda homenagem e até mesmo uma rua com o seu nome na freguesia de Lalim, pois não me lembro que no século XX tenha havido alguém em Lalim que tenha deixado uma marca tão indelével nessas terras.” -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o voto de pesar em reconhecimento da vida magnífica que de facto o senhor Dr. Alberto da Silva Cardoso teve. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dar conhecimento à Assembleia Municipal do ponto de situação, relativamente às comemorações do 25 de abril, que este ano celebram 50 anos, afirmando que irá reunir com os representantes dos grupos municipais para alinhar a proposta de comemorações, que este ano será ligeiramente diferente dos anos anteriores, cujo programa será divulgado atempadamente, com todos os membros da Assembleia Municipal.-----

De seguida, deu conhecimento à Assembleia Municipal da recondução de duas pessoas indicadas pela Assembleia Municipal de Lamego, na CPCJ de Lamego, as quais manifestaram vontade em continuar no mandato, cujo teor do ofício n.º 92/2024, de 19/01/2024, proveniente da CPCJ de Lamego, se transcreve: *“Tendo terminado o segundo mandato dos membros designados pela Assembleia Municipal na CPCJ, nos termos da alínea I) do artigo 17º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens, nomeadamente dos membros, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues e Ana Bela da Silva Macedo, solicita-se informação sobre a manutenção da designação.”*-----

Mais se informa que, não sendo dada resposta em tempo oportuno, os 10 dias legalmente previstos, posteriores à reunião ordinária da Assembleia Municipal será considerado tacitamente a manutenção da designação dos membros em questão.”-----

Afirmou que, uma vez que os membros acima referidos manifestaram intenção de serem reconduzidos, irá adotar o procedimento que já foi adotado para casos anteriores, por isso, é o mesmo procedimento que iria a adotar aqui também.-----

Interveio o membro **Alita Carvalho** para proferir a seguinte intervenção: *“Começo por cumprimentar todos os presentes na sessão, comunicação social e um cumprimento a todos os cidadãos que nos acompanham online e um cumprimento especial ao nosso anfitrião de hoje, senhor Wilson Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim e a todos os habitantes desta freguesia maravilhosa.”*-----

Nesta minha primeira intervenção, gostaria de elogiar o dinamismo que se tem verificado nas várias freguesias do nosso município e destacar a parceria constante do município de Lamego. O esforço que tem sido feito no sentido de promover atividades e celebrar as diferentes festividades de cada uma das freguesias é notório! Todos sabemos que estas iniciativas são, sem dúvida, essenciais para fortalecer o senso de comunidade, estimular a coesão social e preservar tradições locais, contribuindo para o desenvolvimento cultural e económico da região. Além disso, os vários eventos promovem a interação entre os residentes, fomentam o turismo local e contribuem para um ambiente mais coeso e dinâmico.-----

Neste sentido, e recentemente realizadas, entre outras, temos como exemplos a exposição fotográfica com o tema “Britiande Antiga pelo olhar de Manuel Pinheiro

Rocha”, uma exposição de fotografias de Britiande na antiguidade, que decorreu na Casa do Povo de Britiande e posteriormente, será, novamente, levada a público noutros locais; O Entrudo de Lazarim, considerado o Carnaval mais genuíno de Portugal, e que, este ano, mais uma vez, levou a Lazarim milhares de pessoas curiosas para ver os já tão falados “Caretos”; O “ Comer os Milhos”, em Ferreirim. Um evento gastronómico que pretende manter viva uma tradição, e este ano, voltou a trazer um mar de gente a Ferreirim.-----

Por fim, enaltecer a Junta de Freguesia de Lamego que foi agraciada, na VII Gala da Educação para a Saúde do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com o prémio de “Reconhecimento do trabalho desenvolvido na prevenção do cancro em 2023”. Penso que é um prémio que a todos os Lamecenses deve orgulhar, tendo em conta a temática sensível em que se insere.”-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sessão e um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Ferreirim, e todos os habitantes desta mui nobre terra. De facto, somos sempre extremamente bem recebidos nesta terra que é Ferreirim, o dinamismo já aqui foi dito, desta terra, destas gentes, faz parte do seu ADN, o seu espírito cívico, o seu espírito de comunidade e, portanto, não poderíamos, logicamente, deixar de agradecer a forma sempre hospitaleira, a forma sempre carinhosa como nos recebem, e em especial também agradecer a disponibilização deste espaço, por parte desta associação, tal como outras que existem aqui também, em Ferreirim, mas no caso concreto desta que, de facto, tem uma dinâmica enorme ao longo de todo o ano. A interação com a comunidade passa muito para além das fronteiras daquilo que é Ferreirim, inclusive de Lamego, portanto um bem-haja a todos, sendo logicamente um gosto especial estar hoje aqui presente.-----

Tenho duas questões que gostaria de abordar e de questionar ao senhor Presidente da Câmara. -----

A primeira questão prende-se com o facto de há umas semanas atrás a Câmara de Lamego, e já não é a primeira vez, recebeu uma visita por parte da Polícia Judiciária. O facto coincidiu com outras questões também de índole idêntico a nível nacional, mas sabendo que estas questões têm a sua sensibilidade e que compete às autoridades fazer o seu papel, vamos deixar logicamente que a justiça faça a sua missão.-----

No entanto, gostaria de saber, sem colocar em causa aquilo que são questões relacionadas com o segredo de justiça, se essas visitas que foram feitas, nomeadamente ao Município de Lamego e também a algumas residências das quais, à residência do senhor Presidente da Câmara, se têm a ver com questões relacionadas com a parte operacional da Câmara e de que área é que resultou de facto estes factos.-----

Assim gostaria de questionar, pois merece o esclarecimento por parte da população, se o senhor Presidente da Câmara foi, ou não, constituído arguido em relação a este

processo, e saber se de facto tem, ou não, esse estatuto que lhe permite, inclusive, a defesa redobrada, não pondo em causa, em situação alguma, aquilo que é a sua presunção de inocência, mas gostaríamos de ser esclarecido em relação a esta visita da Polícia Judiciária. -----

Recordo que já foi dito até noutras situações, e até dito por parte do senhor Presidente da Câmara, que tinha sido constituído apenas arguido num único processo, e portanto aproveitou esta oportunidade para questionar se foi também constituído arguido neste processo, e se mantém apenas a constituição de arguido num único processo, ou se há mais processos para além desse.-----

Trata-se de uma questão de esclarecimento junto da população, embora não precisarmos de saber a fundo, até porque acredito que haja um conjunto de informações que estarão vedadas por segredo de justiça, mas as pessoas têm direito, de serem esclarecidas e têm direito de saber o que se passa, pelo menos de forma genérica, não por fazer qualquer tipo de perseguição, mas porque é um direito que nos assiste.-----

Estamos a desempenhar funções públicas e o senhor Presidente da Câmara também desempenha funções públicas, pelo que apelo ao seu espírito de transparência, que aliás tem relevado, para pelo menos, junto à população comunicar este assunto.-----

Quero ainda reforçar ao senhor Presidente da Câmara, pois já havia dito numa sessão anterior que decorrem um conjunto de obras, um pouco por todo o Concelho, e um volume mais significativo na cidade, as quais me parecem, para não dizer ter a certeza absoluta, que não estão atrasadas, estão atrasadíssimas. E continuamos a ver uma total inação, e até alguma incapacidade e falta de gestão daquilo que seria o normal cumprimento para a realização dessas mesmas obras.-----

Mas também já o tinha dito aqui antes que faz dois anos e meio, mais coisa, menos coisa, que o atual Executivo tomou posse. E tinha dito quando fez sete, oito meses, que de novo não tinham feito nada, e na altura utilizei uma expressão, fizeram bola. Mas hoje volto a repetir, é que de obra nova, à exceção de uma obra que é patrocinada pelo Estado de Português, em que o Município de Lamego serve como barriga de aluguer, que são as residências universitárias, de obras novas, não vimos nada, ainda rigorosamente nada.-----

E mais, é fácil como muitas das vezes os papéis se invertem. O PSD durante muito tempo acusava o Partido Socialista a nível nacional, que era o partido dos powerpoints, que apresentava muitos powerpoints, e que de obra pouco se via. Mas vamos ter memória, nós também já vimos muitos powerpoints, mas de obra nova nada se viu. E estou a constatar um facto, um facto indesmentível.-----

Para além disso, para além dos atrasos significativos, vou repetir aquilo que disse na última vez, trata-se de uma simples obra de ajardinamento de uma zona de bairro da cidade de Lamego, que já estava atrasada há mais dois meses atrás, pois a obra ainda nem sequer está concluída. E não consigo, muito sinceramente senhor

Presidente, perceber porque é que as coisas continuam assim, porque é que se demora tanto, qual é a explicação, qual é a justificação que se dá junto da população.- Para além de que, a meu ver, tem havido falta de planificação naquilo que é a gestão da própria acessibilidade, principalmente dentro da cidade de Lamego. Parece que reina aqui a confusão. -----

Pode haver atrasos, que já foram mais do que explicados, mas faz-me querer parecer que quer fazer tudo ao mesmo tempo, sem o mínimo de organização. E cortam-se artérias ao trânsito a norte, a sul, a este e a oeste, que logicamente penalizam bastante a população. -----

Os únicos realmente penalizados são efetivamente as populações, que vêm junto às suas casas um contínuo constrangimento daquilo que deveria ser a sua normalidade. As obras são para melhorar a vida das pessoas, mas não são para se arrastarem no tempo, podendo causar aquilo que é a sua própria comodidade e também a sua própria qualidade de vida. -----

Por último, quero fazer novamente uma referência ao relatório do Tribunal de Contas sobre a gestão da Conta de Gerência de 2014. Não vou repetir aquilo que já aqui foi dito na última sessão da Assembleia, mas sinceramente acho que este assunto merecia um debate profundo depois de tanta coisa que foi dita, há o tempo, tanta coisa que foi enunciada, que acusaram o Partido Socialista de falácia, de mentira, que estávamos aqui a tentar enganar e torpedear as pessoas. -----

Bem sei que os senhores Vereadores do Partido Socialista já solicitaram especificamente uma reunião de Câmara para debater este assunto, mas tal ainda não ocorreu. Por isso, considero que está na altura, inclusive agora com novos dados, de realmente fazermos uma análise mais séria, mais elevada e para mostrarmos quem é que realmente enganou quem.” -----

No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Começo por cumprimentar todos os presentes na sessão, às pessoas que seguem esta sessão através das redes sociais, e um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim e de todos os que o antecederam, um elogio à dinâmica desta freguesia. Cumprimentar todos de uma forma muito especial, bem como ao senhor Manuel Carvalho, antigo Presidente da Junta de Ferreirim que está presente nesta sessão. -----

Ferreirim é, efetivamente, uma freguesia com uma dinâmica única, com as suas coletividades de grande dimensão e de empenhamento, baseadas essencialmente num trabalho voluntário de toda a população, o Centro Cultural, a Associação de São Bento de Roças, a Associação Desportiva de Ferreirim, com uma associação social, o Centro Social de Ferreirim, que gera um lar de idosos e mais um conjunto de serviços de apoio social de grande importância, com equipamentos públicos também de grande dimensão e que trabalham de uma forma muito articulada, nomeadamente aqui com o Centro Cultural, nomeadamente o Centro Escolar Lamego Sudeste, com equipamento

que é simultaneamente patrimonial e cultural de grande relevo, que é o Convento de Ferreirim, com uma dinâmica que tem levado esta freguesia a ser, entre as freguesias do Concelho de Lamego, que não é da cidade, é que consegue, de facto, sustentar a saída de população, manter a sua população, o que significa, por além desta dinâmica social e cultural, uma dinâmica económica que leva a que as pessoas consigam viver e trabalhar em Ferreirim. -----

Queria, por isso, deixar este meu elogio a todos os responsáveis políticos da freguesia, a todos os dirigentes destas associações e coletividades.-----

Queria também associar-me e associar a Câmara Municipal aos votos de pesar que aqui foram proferidos, ao senhor Dr. Manuel Teixeira e ao senhor Dr. Alberto Cardoso, já o fizemos na passada terça-feira na reunião de Câmara Municipal e queria deixar também, em meu nome pessoal, em relação ao Dr. Manel Teixeira, uma palavra de enorme gratidão, além de uma vida de serviço e uma longa vida de serviço que ele dedicou a Lamego e a um conjunto de instituições locais, e já aqui foram referidas, a Santa Casa da Misericórdia e a Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, entre outras. -----

Foi também membro da Assembleia Municipal e em termos pessoais, foi o meu mandatário nas três candidaturas autárquicas que fiz, entre os anos de 2005 a 2013.---

Foi um amigo, foi um conselheiro de palavra serena, sensata e sábia e quero por isso deixar aqui a minha profunda homenagem e a minha maior gratidão ao senhor Dr. Manel Teixeira. -----

Em relação ao senhor Dr. Alberto Cardoso, acompanhei sempre com admiração a tenacidade com que se envolvia nos projetos e levava a sua vida. A sua vida pessoal, que desde cedo o afetou com problemas de saúde e que levou também à sua morte relativamente precoce. -----

As adversidades na gestão de uma grande instituição que lida com aqueles que têm mais dificuldades na nossa sociedade, por estarem afetados por algum tipo de limitação ou deficiência, onde passou por dificuldades, diretivas, financeiras e outras e que sempre encarou com uma enorme coragem e que sempre conseguiu ultrapassar.-

Tive também a oportunidade de privar com ele, de envolver o município nesse projeto de grande relevo e destaque e, portanto queria também deixar aqui o meu testemunho pessoal e o reconhecimento da Câmara Municipal ao senhor Dr. Alberto Cardoso.-----

Referindo-me às questões que aqui foram colocadas e com uma referência especial às notas que a deputada Alita Carvalho deixou, relativamente àquilo que é a vida social e cultural do município que é de facto intensa, que envolve não apenas a cidade, mas também as nossas freguesias e que nos deixa muito satisfeitos por ver toda essa dinâmica. -----

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Pedro Torres, não vou fazer qualquer referência à visita da Polícia Judiciária às instalações da Câmara. Foram recolhidos elementos relativos a vários processos, foi prestada toda a informação e

toda a colaboração que foi solicitada e relativamente ao facto de estar, ou não, constituído arguido em vários processos, sim estou constituído arguido em mais do que um processo, alguns deles até por via de queixas apresentadas por parte de elementos do Partido Socialista e, portanto, é uma situação que estou a acompanhar.- Durante 12 anos nunca fui constituído arguido, nesta nova vinda para Lamego e para a Câmara Municipal de Lamego já fui constituído arguido em vários processos e como referi devido, nomeadamente a queixas do Partido Socialista. Enfim, são outros tempos, estamos cá para lidar adequadamente com isso.-----

Relativamente às obras atrasadas, as obras efetivamente estão atrasadas, nomeadamente as obras que vinham do PEDU, já justifiquei milhentas vezes que estão atrasadas porque foram mal geridas pelo anterior Executivo Socialista e estão agora a ser concluídas de forma adequada para cumprirem a função para que foram projetadas a partir do ano de 2015, servindo os lamecenses que esperemos por largas décadas. -----

Iremos concluir muito brevemente o Parque Urbano, iremos concluir muito brevemente a passagem inferior do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios e a zona envolvente, iremos concluir a intervenção em Nazes, previsivelmente no final de abril, são efetivamente obras que estão muito atrasadas.-----

Já concluímos o Parque de Lazer do Bairro da Ponte, esperamos poder inaugurá-lo previsivelmente no mês de maio.-----

Já lançámos a Residência de Estudantes de Ensino Superior, não somos barriga de aluguer, somos o promotor dessa obra, pois somos o proprietário do edifício da Residência de Estudantes, seremos eventualmente a entidade gestora da Residência de Estudantes, beneficiamos de financiamento do PRR, tal como vamos beneficiar, ou seja, o município de Lamego, e um conjunto grande de empresas do Concelho e também a instituição Associação Portas P'ra Vida da qual era dirigente o senhor Dr. Alberto Cardoso. -----

São mais de 50 milhões de euros que já estão candidatados, não estão todos aprovados é certo, mas que já estão candidatados ao PRR e que esperamos que até 2026, se puder ser até 2027, em termos de prazo era melhor, tencionamos executar no Concelho. -----

Mas lançámos muitas outras obras, de que já falei noutras sessões da Assembleia Municipal e que não vou repetir, nomeadamente a ampliação do canil municipal, ou um conjunto alargado de pavimentações, ou um conjunto de intervenções a nível das redes de água e saneamento. Só para dar dois exemplos, o reforço de abastecimento de água ao Lugar de Mazes a Parada do Bispo e a Figueira, que estão prontas para, no próximo ano, evitar aquilo que eram situações quase recorrentes de falta de água nestes locais.-----

E podia referir aqui muitas outras intervenções, mas só para falar a nível das pavimentações, além do pacote de pavimentações que já foi executado ano passado,

já lançámos o segundo pacote, que vai ser adjudicado nos próximos dias, com cerca de 1.100.000 euros de intervenções, num conjunto muito alargado de freguesias. -----

Recordo que o Partido Socialista, em quatro anos, não pavimentou sequer um metro quadrado de estradas neste Concelho. Por isso, estamos hoje a recuperar esse passivo acumulado ao longo de todo este tempo.-----

Referiu também o senhor Deputado Pedro Torres, e já o fez na última sessão da Assembleia Municipal, a propósito da empresa que está a executar o chamado projeto de criação de ilhas sombra na urbanização do Paraíso em Lamego. E volta agora a dizer, ao mesmo tempo que diz que nós não lançámos nenhuma obra nova, vem-se queixar das obras que lançámos e que estão atrasadas.-----

E, efetivamente, a obra está atrasada, mas está a andar ao ritmo possível. Todos sabemos que os nossos empreiteiros e fornecedores se debatem com alguns problemas, nomeadamente de falta de mão-de-obra e, dentro dos limites e das justificações que são aceitáveis legalmente, as obras têm seguido o seu curso. Quando se justifica, têm tido as prorrogações de prazo que a lei permite.-----

Esperamos muito brevemente ter esta obra também concluída e outras lançadas, porque precisamos de intervir, nomeadamente na Quinta de São Vicente, onde o tipo de árvores que foi colocada na urbanização são de crescimento muito rápido e estão, à semelhança do que acontecia no lugar do Paraíso, a destruir passeios, a entrar pelas janelas e varandas dos edifícios. Por isso, temos que corrigir.-----

Temos que intervir no separador central da Avenida Infância 9, que está também a ter problemas. Temos um conjunto enorme de intervenções que pretendemos fazer ao nível do espaço urbano e, sobretudo, dos espaços verdes, porque queremos continuar a ser uma cidade verde, queremos ser uma cidade onde as pessoas podem caminhar pela rua, com conforto. E caminhar com conforto exige também ter passeios arborizados, ter espaços verdes, senão durante o verão é impossível fazê-lo.-----

Finalmente, em relação à questão da Conta de Gerência de 2014, o Tribunal de Contas apreciou a Conta de Gerência de 2014 e, como todos sabem, a Conta de Gerência não foi aprovada, à data, pela Câmara Municipal, pelo órgão Executivo e, por esse motivo, o Tribunal de Contas entendeu que não deveria aprovar ou homologar a Conta de Gerência de 2014. -----

Fez um conjunto de recomendações à Câmara que terão de ser cumpridas nos próximos seis meses e sê-lo-ão. O Tribunal de Contas deu conhecimento deste relatório aos membros da Câmara e da Assembleia Municipal à data e deu conhecimento deste relatório aos membros da Câmara e da Assembleia Municipal. Hoje, cada um fará a sua análise e interpretação. Poderá também a Assembleia Municipal fazê-lo aqui se assim o entender. -----

Do ponto de vista da Câmara, o que temos de fazer é responder às recomendações que o Tribunal de Contas fez e é o que estamos a preparar para fazer bem antes dos seis meses que nos foram impostos. -----

Estas são as questões que tinha para responder e fico, em todo caso, ao dispor dos seus deputados municipais para quaisquer outras.” -----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “Começo por cumprimentar todos os presentes. A Assembleia Municipal é o local próprio para encomiar três lamecenses. -----

José Bento, conhecido pelos lamecenses como prof. Chasten, criador de ambientes de magia, de hipnose, de ilusionismo e de faquirismo. Alcandorou o nome da cidade em Portugal e no estrangeiro. -----

Horácio Costa mantém em funcionamento a forja no “Bairro da Ponte. A forja com 170 anos, única no país, deve ser preservada e Horácio Costa merece o apoio da Câmara Municipal. -----

Falecimento do Chico Caride, era um lendário do futebol. Foi um grande jogador do Sporting Clube de Lamego. Lamego ficou mais pobre.-----

Mais um atleta português se evidencia mundialmente. Diogo Ribeiro merece a consideração dos portugueses pelas suas qualidades de atleta de alta competição. Ser campeão do mundo não é para qualquer um, só os predestinados e com trabalho atingem a celebridade. -----

Mais uma vez, censuro o ambiente belicista que destabiliza o espaço europeu e cujos responsáveis continuam inimputáveis, o expansionismo da federação russa e o terrorismo do Hamas. Devido ao entorpecimento da ONU, esperamos que o mundo ocidental e democrático consiga travar e derrotar os prevaricadores. Mais, a morte de Alexei Navalny, opositor da política de Putin e da sua comandita devia envergonhar a esquerda leninista e estalinista em Portugal que, sem pudor, criticam os paladinos da liberdade e da democracia pluralista. -----

Há organizações políticas que criticam os negócios privados, considerando-os corruptos. Uma dessas organizações ocupou no pós 25 de abril uma vivenda na “avenida Lourenço Peixinho”, Aveiro. Outrora não respeitaram a propriedade privada e atualmente, num negócio obscuro, essa vivenda transformar-se-á num edifício com apartamentos de luxo. Bem prega Frei Tomás, “faz o que digo e não o que faço. Haja decoro! -----

Finalmente, um ex-Primeiro-Ministro da nossa história democrática vai a julgamento. Portugal exige ao senhor José Sócrates, que tanto critica os atrasos da justiça, honestidade e que permita o fim deste imbróglio, criado por ele.-----

Devido ao desinvestimento na saúde e má gestão, Lamego não dá à sua população qualidade de vida e os lamecenses vivem amargurados e abandonados. São necessários 60 dias para alguém ser atendido pelo seu médico de família. A falência

do SNS obriga o lamecense a recorrer ao privado, ou esperar que a doença desapareça. -----

Esta assembleia deve exigir, aos nossos governantes, políticas consequentes, porque temos o direito à saúde. -----

Em 10 de março, Portugal vai a eleições e espero que resultem no reencontro dos portugueses com a autoridade, a legalidade e a crença na Escola, na Justiça, na Saúde, que os socialistas degradaram com as suas cativações. -----

As últimas manifestações das forças de segurança são o desfecho do desatino das políticas socialistas. Semeiam ventos e os portugueses colhem tempestades.-----

Diminuir a dívida pública à custa do empobrecimento dos portugueses é perpetuar o nosso péssimo lugar na Europa democrática. -----

A arrogância socialista é proporcional ao abatimento português. Merecem ser castigados e substituídos na governação de Portugal. O nosso futuro exige mudança de políticas e de políticos. -----

Por fim, realço o Concerto de Ano Novo 2024, levado a cabo pela Filarmónica de Magueija, no Teatro Ribeiro Conceição e a dissertação da Vice-Presidente da Câmara Municipal.”-----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção: “Começo por cumprimentar todos os presentes e, em particular, o senhor Presidente da Junta de Ferreirim por nos receber na sua freguesia.-----

Bom, acho que ainda é muito cedo para falar de Estalinismo e Leninismo, portanto vamos passar à frente. -----

Depois já vamos ter tempo para conversar sobre isso, se o senhor Deputado quiser.

A CDU, mantendo-se coerente na defesa de Abril e dos trabalhadores, tem de forma imperativa, Sr. Presidente, e uma vez mais questionar este executivo, sobre em que ponto de situação se encontram as propostas aprovadas por esta Assembleia Municipal. E refiro-me que no quadro das comemorações de 50 anos, do 25 de Abril, aproveitando, já a moção, que aqui foi assim aprovada, de retirar as menções à ditadura fascista no Conselho, perguntamos, Sr. Presidente, em que ponto está a alteração do nome da Rua 28 de Maio para a Rua da Liberdade. -----

E se a Câmara não poderia até acelerar e dar cumprimento a este processo, dignificando a luta e as conquistas de Abril por um lado, mas dignificando e respeitando as propostas emanadas deste órgão, desta Assembleia Municipal, aliás, seria um bom ano para efetuarmos esta mudança. -----

Noutro ponto, valorizando o passo dado da reposição de um direito dos trabalhadores, questionamos novamente, senhor Presidente, quando é que este executivo encontrará soluções e conseguirá pagar aos trabalhadores os retroativos associados ao suplemento em salubridade e penosidade, tendo em conta estes três anos que passaram, isto foi uma medida enquadrada no Orçamento do Estado de 2021, e que não viram este direito vertido nas suas folhas de vencimento. -----

Já entreguei também uma moção ao Sr. Presidente da Assembleia, relativamente ao dia 8 de março, portanto, o Dia Internacional da Mulher, e portanto nós vamos apresentar uma moção no sentido da defesa das mulheres trabalhadoras, e o assunto que aqui nos traz também não está desprendido desta moção, porque é muito que nos consterna que a CDU tenha tomado conhecimento do caso de três mulheres trabalhadoras que, desempenhando as suas funções com competência e experiência de anos na cantina de uma escola do Concelho, e que após transferência das competências do Estado Central para o município, enfim, e não é surpreendente, porque nós temos vindo a alertar sobre o processo de transferência de competências e o que isto traria para a questão dos municípios e para os trabalhadores do Concelho. Mas dizia então, depois deste processo de transferência de competências do Estado Central para o município, viveram então a triste realidade de não se verem integradas nos quadros do município, e, inclusivamente, perderem o seu posto de trabalho.----- Este processo levou a uma ação judicial, a ação judicial que motivou, inclusivamente, a presença e o empenho do seu sindicato, o sindicato destas trabalhadoras, e que teve a decisão favorável por parte do Tribunal em relação às trabalhadoras, decisão que a Câmara, lamentavelmente, agora pretende recorrer. ----- E a pergunta que eu lhe faço é qual é a razão para a Câmara promover o despedimento destas trabalhadoras, em primeiro lugar, ou não, o despedimento, enfim, mesmo que tenha sido uma consequência da sua não integração nos quadros da Câmara. ----- E, em segundo lugar, mesmo com uma decisão, em primeira instância, do Tribunal, para a sua integração no seu posto de trabalho, qual é a motivação, enfim, eu diria política, da Câmara em fazer força e recorrer para que estas trabalhadoras se vejam abandonadas e percam, efetivamente, o seu trabalho? E para já é tudo.”-----

*Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: “Senhor Presidente da Câmara quero dizer-lhe apenas o seguinte, tal como afirmou aqui, se foi constituído arguido, e relembro que ser arguido não é nenhum sinal de condenação, mas se foi constituído arguido em vários processos, certamente não foi por obra de Santa Engrácia e certamente também não foi só pela ação do Partido Socialista. ----- Aliás, é do conhecimento de muita gente que as queixas vieram de vários quadrantes, inclusive de pessoas do seu próprio partido. Portanto, há que ter aqui um bocadinho de seriedade na questão. Ou seja, houve pessoas do seu próprio partido que apresentaram queixas contra si. E o senhor Presidente da Câmara sabe bem disso.---- E mais, houve também, anónimos cidadãos que acharam por bem apresentar queixas. Portanto, haja uma mínima seriedade. ----- Era só o que faltava agora o Partido Socialista andar a pautar qualquer decisão sobre se esta ou aquela pessoa fosse constituída arguida.-----*

Quero dizer também uma coisa, pois o senhor Presidente da Câmara é o useiro e vezeiro de vir para aqui dizer que não foi feito, ou que não foi colocado um único metro quadrado de pavimentação durante o último mandato do Partido Socialista.-----

Eu bem sei que o senhor Presidente da Câmara andou algum tempo ausente, mas informe-se melhor com o seu staff e com os seus informadores, que é para depois não vir para aqui dizer mentiras. Porque não lhe fica bem. Nem a si, nem a ninguém, mas concretamente a si, senhor Presidente da Câmara e vincar continuamente na mentira não a vai transformar numa verdade, por muito que lhe custe.-----

Também não deu uma única justificação porque é que as obras estão atrasadas. A desculpa é a falta de mão-de-obra e que se prorrogam as obras desde que o motivo assim o exija. Isto é uma mão cheia de nada senhor Presidente da Câmara.-----

Mas eu respondo-lhe e digo-lhe, era mais fácil dizer que o Executivo em funções não tem competência para pôr o serviço a trabalhar como deve ser. Era mais fácil dizer isto e mais sintético. -----

Por último, em relação ao último tema, considero que era muito importante discutirmos aqui a fundo aquilo que foi de facto o relatório do Tribunal de Contas em relação à Conta de Gerência de 2014. E a justificação que foi dada aqui parece que é uma coisa de leve. Não é. E vou citar aquilo que vem lá escrito. -----

Para além de ser proposto um conjunto de contraordenações às pessoas que tomaram um conjunto de decisões relativamente àquilo que teve a ver com a incorporação da empresa e com a assunção das suas próprias dívidas, o relatório do Tribunal de Contas diz outra coisa. Propõe, ou aconselha, neste caso não aconselha, propõe mesmo, a reintegração, ou seja, colocar, voltar a entregar os 1,5 milhões de euros. Isto não é mais uma coisa que entregar aqui chocolates. É 1,5 milhões de euros. E isto é preciso que as pessoas saibam. -----

É que o Tribunal de Contas propõe isto que acabei de referir. Reintegração. Ou seja, pagar 1,5 milhões de euros, porque no seu entendimento Lamego foi lesado nesse valor.” -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Respondendo de forma célere e direta às questões aqui colocadas, queria dizer ao seu deputado Alexandre Hoffmann que, relativamente ao pagamento dos retroativos do subsídio de salubridade tem as dificuldades que são conhecidas, nomeadamente relativamente à identificação do conjunto de espaços temporais em que essas atividades foram prestadas por cada funcionário para poderem ser acertadas as contas. -----

Relativamente à questão das cantinas municipais que estavam concessionadas a uma empresa privada e que passaram para a gestão direta do município, eu queria corrigir o senhor deputado porque esse foi efetivamente a génese do problema, que é o facto de não serem três funcionárias, serem seis funcionárias, três numa cantina e três noutra cantina. -----

Só que três tinham contrato a termo certo, contratos que são tão criticados pelo Partido Comunista e pelos sindicatos em geral e quando esses contratos cessaram as pessoas foram para o desemprego. -----

As outras três funcionárias tinham contratos a tempo indeterminado, contratos muito defendidos pelo Partido Comunista e pelos sindicatos. As três primeiras trabalhadoras ficaram no desemprego e sujeitaram-se. -----

As outras três trabalhadoras foram ferozmente defendidas pelos sindicatos e pela sua entidade patronal contra o Município de Lamego. -----

O Município de Lamego não tem problema nenhum em admitir as funcionárias, na sequência de uma decisão judicial. Queremos é perceber qual o tipo de contrato que elas vão ter, se são funcionárias de um município ou se continuam funcionárias de uma empresa privada que as cede ao município quando o município precisar delas naquela função que desempenhavam antes. -----

Gostávamos também de perceber se isso se estende a todas as outras expectativas de serviço, nomeadamente na área da limpeza, da recolha de lixo, da segurança, vigilância e portaria, todas essas instalações. -----

E gostava também de perceber se nós tivemos no nosso município um problema gravíssimo que foi que, com a extinção das associações de freguesias, passaram cerca de 70 funcionários para o município. Tiveram de ser sujeitos a um concurso público. Concorreram centenas de pessoas, 600 ou 700 pessoas a essas vagas.-----

Muitas das pessoas que tinham 10, 12 anos de serviço às juntas de freguesia e às associações de freguesia naquelas funções exatas não conseguiram no concurso ter o seu lugar e foram para o desemprego sendo ultrapassadas por outras.-----

Por que é que agora nós temos esta situação quando podíamos ter resolvido situações de precariedade de dezenas e dezenas de funcionários, se a lei fosse aplicada exatamente da mesma forma? Portanto, não há nenhuma má vontade do município, muito pelo contrário. -----

Preocupa-nos muito que as pessoas deixem de ter o seu posto de trabalho, deixem de ter o seu salário, ainda nem que seja transitoriamente. Temos todo o interesse em que esse assunto se resolva. -----

Queremos é perceber, do ponto de vista jurídico aquilo que está a ser imposto ao município, que não aconteceu noutras situações e que nós gostaríamos de clarificar para o futuro. E foi apenas e só nesse sentido que o município recorreu, para que a sentença seja definitiva e clarificadora. Podíamos ter, e coloquei essa situação ao nosso assessor jurídico, pedida uma aclaração da sentença, mas decidimos fazer um recurso. Os direitos das trabalhadoras, se vier haver vencimento por parte delas, estarão sempre assegurados.-----

Há outras situações, a nível nacional que se seguirão àquilo que acontece em Lamego e isto abra para o futuro a possibilidade de qualquer empresa privada que trabalhe para o Estado ou para os municípios recrutar funcionários e em qualquer momento os

transferir para a administração, sem o competente concurso a que são sujeitos todos os demais funcionários recrutados pelos municípios e pelo Estado. É só esta a questão que está em causa, logo seja clarificada, como a sentença definitiva agiremos em conformidade. -----

Relativamente à questão aqui colocada pelo deputado Pedro Torres, não vou alongar-me, vou só dizer ao deputado Pedro Torres para depois da minha intervenção vir aqui fazer a lista das pavimentações que foram feitas pelo Partido Socialista no último mandato. Vou só dizer aqui quais são as estradas que estão elencadas para o pacote de pavimentações que está agora em adjudicação. A Estrada Central de Bigorne, a Travessa das Fogueiras, aqui bem pertinho, o Caminho Agrícola de Melções a Lalim, Caminho de Melções à Lanhosa, a Avenida 2000 em Figueira, o Lugar da Veiga e a Estrada da Veiga em Lalim, na Freguesia de Lamego, a Rua de Jacente à Goiana, a Rua do Cantudo, o Caminho dos Casais, o troço desde o Hospital à Rua Nova, a pavimentação da Rua Nova, a pavimentação da Rua Nova à Nacional 226-2 em Goiana, a Rua do Mártir São Sebastião, a Rua das Fontainhas; em Lazarim, a Rua da Vingada; a Rua de Covelas, na Penajoia; Rua da Cardoso em Penude, em Samodães, a Rua do Padrão e a Vila Nova de Souto Del Rei, o Caminho Municipal 1083 de Quintela a Juvandes. -----

Estamos a falar de 1.050.000 euros de obra. O deputado Pedro Torres, que venha comunicar esta Assembleia, quais foram as tradas pavimentadas ou repavimentadas no último mandato do Partido Socialista e qual foi o investimento que foi feito.”-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Começo por cumprimentar todos os presentes e hoje uma saudação especial para o Sr. Presidente da Junta de Ferreirim, que nos acolhe aqui na sua freguesia e a todos os cidadãos de Ferreirim e a todas as pessoas que nos acompanham nas redes sociais e a todo o staff da Câmara. -----

Gostaria também de dar aqui um cumprimento especial ao Centro Recreativo e Cultural de Ferreirim, por nos acolher nas suas instalações. É uma dinâmica muito forte que de facto verificamos aqui em Ferreirim relacionada com o associativismo. Aliás, no fim de semana passado, estive cá, como muitos de vocês, manter a tradição de comer os milhos. -----

Mas, de facto, eu, próprio também, como dirigente associativo, que já fui durante muitos anos localmente, agora numa perspetiva mais nacional, consigo de facto perceber aquilo que é a luta das pessoas que integram os órgãos sociais, digamos, dos órgãos associativos, mas também as pessoas que voluntariamente dão um corpo de facto a esta massa humana que mantém as tradições, que consegue ter aqui uma dinâmica muito forte e, por isso, Ferreirim, está de parabéns por isso.-----

Relativamente à ordem do dia e, neste caso, naquilo que antecede, eu gostava de trazer um ponto que já foi falado diversas vezes em outras sessões da Assembleia Municipal de Lamego e que tem a ver com a adega, o Centro de Vinificação dos

Martha's. E, de facto, queria saber qual é o ponto de situação atual, porque os lamecenses necessitam de saber em que ponto é que está.-----

Não nos podemos esquecer daquilo que foi feito, ou seja, esta obra foi embargada, isto porque existia um distanciamento incorreto por parte da Câmara Municipal e que, mais tarde, verificou que esta obra não estava em conformidade com a legalidade.-----

Por isso, deduzo que, neste momento, já tenha sido iniciado o processo para a sua demolição, até porque, e não podemos esquecer, a sensibilidade para com os moradores que ali moram e que, inclusivamente, alertaram o município para a irregularidade da obra e eles próprios tiveram, desde logo, essa ação, embora o município, só muito mais tarde, tenha percebido a ilegalidade e, nomeadamente, que, de facto, a obra não cumpria os requisitos legais.-----

E, por isso, as pessoas que ali estão, e nós notamos todos que, inclusivamente, aquele mamarracho, e permitam-me utilizar este termo, está praticamente sobre as casas das pessoas. -----

E, por isso, aquilo que importa saber é qual é que é o ponto de situação relativamente à sua demolição, porque não pode ser reaproveitada e este é um ponto essencial, pois aquela obra não pode ser reaproveitada para outros fins.-----

Aliás, nós temos conhecimento, isto faz suscitar também outra dúvida, que gostaria de ver esclarecida, que é o facto, e é sabido, que a empresa detentora daquele mamarracho, os Martas, pediram, inclusivamente, uma indemnização à Câmara Municipal. Isto porque, viram interrompido o processo de desenvolvimento da sua obra. -----

E, por isso, também gostaria de saber qual é que é o ponto de situação relativamente a isso, para que possamos ficar todos esclarecidos de demolição quando vai acontecer e relativamente à questão da anúncio a esta empresa.”-----

Usou da palavra o membro **Marta Santos** para proferir a seguinte intervenção: “No dia 27 de fevereiro de 2023, Sara Rodrigues - Presidente da Juventude Socialista da concelhia de Lamego, dando voz a todos os jovens desta juventude partidária trouxe o mote “Criação do Conselho Municipal de Juventude” a esta Assembleia Municipal.-----

A lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro previa que este órgão fosse constituído num praxo máximo de 6 meses. Ainda assim, apesar do alerta dado há um ano, os jovens lamecenses contam com um atraso de 15 anos.-----

Faz também um ano que, em resposta à intervenção da Sara, o Sr. Presidente da câmara procurou justificar este atraso ao alegar que a dinâmica juvenil da cidade ficava aquém do que era desejável e que a implementação do mesmo só era possível através de esforços conjuntos entre o município e os jovens.-----

Como membro da juventude socialista quero dizer-vos que não nos revemos na justificação apresentada. Demonstrámos o nosso interesse ao incitarmos a discussão deste tema o ano passado e reforçamos a nossa posição, agora, através da redação

de um regulamento, que tencionávamos apresentar hoje, para a constituição deste órgão. (mostrar o nosso regulamento). -----

Tal apresentação não será realizada hoje, sendo que nos foi informado que o executivo, em reunião de câmara, há duas ou três semanas, apresentou uma proposta de regulamento e que a mesma irá (se ainda não foi, pois na noite passada ainda não estava) para publicitação de início de procedimento e participação procedimental do projeto de regulamento do conselho municipal de juventude. Deste modo podem contar com a participação da juventude socialista neste procedimento, numa tentativa de inclusão de alguns dos pontos que consideramos cruciais, presentes na nossa proposta de regulamento. -----

Retornando ao ano passado, foi também dito pelo Sr. Presidente da Câmara, que a finalização do regulamento dependia, unicamente, da elaboração de uma lista onde constassem as associações com representação no conselho municipal de juventude. Assim, partindo do facto de que a juventude socialista foi capaz de redigir um regulamento completo em apenas uma semana, permitam-me perguntar se a elaboração desta lista se estendeu por um ano completo ou se simplesmente foi relegada para segundo plano, arrastando-se ao longo deste período. -----

Para concluir, queria apenas reforçar a ideia de que nós, juventude socialista, não aceitamos a resposta dada na altura, pois acreditamos verdadeiramente que Lamego tem movimentos, associações e jovens únicos, interessados, dinâmicos e com espírito de iniciativa, perfeitamente merecedores de uma voz ativa no município a que pertencem, e portanto de uma vez por todas é tempo de dar voz a juventude lamecense.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Respondendo à questão do deputado Romeu Sequeira, em relação à obra da Golden Mountain junto à adega, foi emitida a ordem de demolição a que a empresa se opôs judicialmente. E, portanto, estão a decorrer as diligências judiciais. Quando forem concluídas, haverá o seguimento do processo, seja em que sentido for. -----

Presumimos que, havendo violação dos instrumentos de ordenamento do território, a demolição será inevitável. Não sabemos é quando. -----

Relativamente à intervenção da deputada Marta Santos sobre o Conselho Municipal da Juventude, quero recordar que o Partido Socialista teve também quatro anos para fazer o Conselho, não o constituiu. -----

Não temos apenas o Conselho Municipal da Juventude para organizar, temos conselhos municipais em praticamente todas as áreas. Temos estratégias locais, temos cartas municipais. -----

Estamos a fazer a revisão de todos esses documentos e a elaborar o regulamento de todos os conselhos e a colocá-los em funcionamento. O Conselho Municipal da Juventude seguirá, dentro deste conjunto de iniciativas e de necessidades, o seu timing normal.

Quanto à justificação de que Lamego tem jovens muito dinâmicos, é verdade. Lamego tem jovens muito dinâmicos, e tenho muito orgulho neles e tenho muito orgulho, porque os jovens dinâmicos de Lamego estão a trabalhar nas associações, nas coletividades, nos clubes, estão a fazer voluntariado, estão a lançar projetos e iniciativas dinâmicas. E há alguns que estão a fazer política e só isso, no entanto, valorizo todos, mas claro que mais uns do que outros.”-----

Tomou a palavra novamente o membro **Romeu Sequeira**, para proferir a seguinte intervenção: “Senhor Presidente da Câmara, não posso deixar de tecer um comentário à sua intervenção, pois esperava mais. Considero que não é um argumento válido aquilo que diz, nem corresponde à verdade e mais não digo, para ser simpático.

A questão do Gabinete de Apoio ao Investidor e ao Empreendedorismo, aliás, muitos de vocês já me ouviram falar várias vezes sobre isso e falo novamente porque não tive até hoje qualquer resposta. -----

Na última sessão da Assembleia Municipal do Lamego, foi aprovada uma nova alteração, aliás mais uma, ao organograma da Câmara, no qual voltou a constar este serviço, embora até hoje não tenha sido apresentado nada em relação a ele. -----

Recordo que na última Assembleia alertei todos os representantes dos nossos cidadãos para esta situação, mas o senhor Presidente escusou-se a dar uma resposta, ou então esqueceu-se de responder às várias questões relacionadas com este ponto, pois existem várias dúvidas da forma como ele funciona e se funciona de facto. -----

E vou voltar a lembrar aquilo que foram as principais questões levantadas na última sessão, nomeadamente saber se está, ou não, a funcionar, pois precisamos de ser esclarecidos, e em caso afirmativo, quem é o responsável caso esteja a funcionar.-----

Espero que desta vez possa realmente obter uma resposta porque, quer para os cidadãos, quer para as empresas é extremamente importante saber qual a forma de funcionamento deste serviço, que aliás se torna tão importante para a captação de investimento. Falamos muitas vezes disso, mas depois não temos aquilo que deveria ser uma dinâmica pró-ativa para executar essa atração de investimento.-----

E realmente preciso, e todos nós precisamos saber qual é o problema e qual é a justificação para a inércia do Executivo, relativamente a estas medidas que tão importantes se tornam para cativar cada vez mais o nosso Concelho com aquilo que é o fator de empreendedorismo e que possa realmente também trazer investimento privado e todos sabemos que através de investimento privado é possível trazer mais emprego. -----

Há uma ajuda de facto importante para ajudar os nossos investidores a terem maior relevância no nosso Concelho e este deve ser o mote para aquilo que deve ser o futuro de Lamego. Por isso, apelo ao senhor Presidente da Câmara para que responda a esta questão.” -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder o seguinte: “O município tem um conjunto de estruturas que respondem de forma adequada àquilo que são pretensões de investimento que nos são apresentadas pelos munícipes, ou por outras empresas, nomeadamente empresas de fora que queiram investir em Lamego. -----

Para isso criámos o gabinete de apoio às atividades económicas que não tínhamos. Para isso, estabelecemos protocolos, nomeadamente com a Nervir, atenta a dificuldade de organização das nossas associações de empresas.-----

Temos também um protocolo com a DECO, que apoia simultaneamente não apenas a perspetiva da defesa do consumidor, mas também das empresas prestadoras de serviços, ou que comercializem bens e equipamentos.-----

Apoiamos as associações locais que, por sua vez, também dão apoio direto a determinados setores de atividade. Dou, por exemplo, o exemplo da agricultura e do apoio que damos à APAVDouro, quer nas suas instalações, quer na realização de um conjunto de eventos, que têm sido muito frequentes. Mas, sobretudo, temos procurado otimizar a estrutura municipal para que quem entra na porta aberta que a Câmara tem e se dirige ao atendimento possa ser encaminhado para qualquer serviço municipal. -----

Normalmente, quem investe o que é que procura, procura saber se tem condições para fazer infraestrutura física, através dos instrumentos de planeamento, procura incentivos, redução de taxas municipais, incentivos fiscais, apoios comunitários, toda essa informação é prestada de uma forma clara, de uma forma transparente, de uma forma universal a todos aqueles que nos procuram. -----

E, portanto, quero responder ao senhor Deputado Romeu Sequeira que o Gabinete de Apoio ao Investidor que está previsto na Orgânica da Câmara funciona dentro das instalações do município e todos os dias.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para proferir o seguinte: “De facto, o município e todas as suas freguesias têm tido um conjunto de iniciativas de elevado mérito e que temos de reconhecer. Como é o caso em particular, do Carnaval do Lazarim, evento que me é especialmente querido e que já tem uma visibilidade enorme e que continua em franco crescimento, pelo que deixo o meu reconhecimento e dou os parabéns à sua organização.-----

Este ano foi amplamente divulgado, teve uma cobertura mediática muito ampla à dimensão daquele que é o seu valor. -----

Considero que Lazarim já começa a ser pequeno, tal como referido por um canal de comunicação social, que referiu que “Lazarim já é pequeno para a enorme festividade que tem. -----

Deixo, por isso, o meu reconhecimento, que creio será extensível aos demais deputados municipais, bem como aos deputados municipais que têm um trabalho e um exemplo de vida dedicada também ao Entrudo de Lazarim.-----

Deu entrada na Mesa da Assembleia uma moção, apresentada pela CDU, e quero informar que ora avante, apenas para organização dos trabalhos, e já tive a oportunidade de me coordenar hoje também com o Sr. Deputado Alexandre Hoffmann, este tipo de moções, apesar do Regimento não obrigar aquilo que ia solicitar aos senhores deputados, a bem do decurso dos trabalhos e para que todos possamos analisar o seu conteúdo com tempo e decidir o seu sentido de voto, com outra maturidade que por vezes aqui a quente não é possível, vamos alinhar com o seguindo procedimento de todos concordarem. -----

Este tipo de moções deverão ser enviadas à mesa até pelo menos ao dia anterior à Assembleia Municipal para que possamos ter tempo de fazer chegar aos senhores representantes e aos senhores deputados o texto e não seja aqui uma discussão no calor do momento. -----

Ainda assim, hoje e porque este procedimento não estava de facto acordado com todos, vamos proceder como tem sido hábito à leitura da moção e depois à sua discussão e votação.” -----

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para ler o teor da moção por si subscrita, que se transcreve, na íntegra:-----

“SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA MULHER DE 2024-----

Viver com qualidade de vida e em igualdade é possível!-----

114 anos após a proposta de criação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, por Clara Zetkin, na Conferência Internacional realizada em Copenhaga, muitos foram as lutas travadas que representaram avanços e conquistas para as mulheres em matéria de direitos, no plano jurídico, político, cultural ou social.-----

O Dia Internacional da Mulher esteve, desde sempre, profundamente ligado às condições de vida das mulheres, em particular das trabalhadoras, aos seus direitos enquanto trabalhadoras e enquanto cidadãs. Permanece, mais do que nunca, como um dia de afirmação do valor da luta das mulheres e da sua unidade pela emancipação. Um dia para afirmar as aspirações e os sonhos das mulheres.-----

Assinalamos o Dia Internacional da Mulher, no ano em que se assinalam os 50 anos da Revolução de Abril, um marco histórico na luta emancipadora das mulheres, sendo que continua por cumprir Abril na vida das mulheres, a igualdade no trabalho, na família e na sociedade. -----

Neste dia, como em todos os dias as mulheres aspiram a viver com qualidade de vida, e em igualdade. É uma aspiração da maior justiça para com as mulheres e condição de um Portugal de justiça social para todos.-----

Neste Dia, como todos os outros, as mulheres exigem a melhoria das condições de vida e de trabalho, que se combata os impactos do custo de vida, que se rompa com os baixos salários e pensões e se invista a mais e melhores serviços públicos.-----

É preciso vencer os principais bloqueios que alimentam a espiral de discriminações, desigualdade e violências que penalizam muitos milhares de mulheres, que impedem

a valorização da participação das mulheres, ao respeito pelo cumprimento dos seus direitos. É preciso que se construa um eficaz caminho de prevenção e combate às diversas (e persistentes) formas de discriminação e violências que persistem sobre as trabalhadoras, reformadas, estudantes e de outras camadas sociais, e para fazer cumprir o direito de todas as mulheres à igualdade.-----

Em pleno século XXI, não podemos pactuar com as formas discriminatórias, de objetificação e exploração e mercantilização do corpo das mulheres.-----

No ano em que se assinalam os cinquenta anos da Revolução de Abril e sendo este um momento alto na consagração dos direitos das mulheres, assinalam-se igualmente os 49 anos do Ano Internacional da Mulher e das primeiras comemorações em liberdade do Dia Internacional da Mulher. -----

Assim, os eleitos na Assembleia Municipal de Lamego reunidos a 29 de fevereiro de 2024, deliberam: -----

1) Saudar as mulheres que vivem, estudam e trabalham no concelho, valorizando o importante papel que desenvolvem na vida local;-----

2) Saudar as trabalhadoras que nas autarquias desempenham importantes funções ao serviço da comunidade e assumindo o apoio à sua luta pela valorização dos seus salários e carreiras; -----

3) Saudar a luta das mulheres pela igualdade na vida e por melhores direitos e condições de vida e de trabalho, no âmbito do Dia Internacional da Mulher;-----

4) Saudar as mulheres que lutam todos os dias e que levarão a sua luta até ao voto, deixando, igualmente, um apelo para que participem no próximo ato eleitoral - do dia 10 de março - contribuindo para a eleição de 230 deputadas e deputados comprometidos com a concretização da igualdade na vida e com os direitos das mulheres; -----

5) Saudar as diversas comemorações do Dia Internacional da Mulher que, com a sua diversidade e especificidade, reafirmam a necessidade de uma vida sem discriminações, sem violências. Que reafirmam a urgência de uma vida com direitos, com mais justiça social e Paz. -----

Após aprovação esta saudação deve ser enviada ao movimento associativo local e a todos os órgãos autárquicos do concelho.” -----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para proferir a seguinte intervenção: “Em relação a esta moção, queria apenas dizer que a bancada municipal da Coligação “Somos Lamego” concorda com a mesma, contudo deixo apenas uma ressalva, que hoje em dia, devíamos estar a falar dos direitos humanos e não dos direitos das mulheres. E isso apenas é lamentável.”-----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca Carvalho** para proferir a seguinte intervenção: “Começo por cumprimentar todos os presentes e um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Freguesia de Ferreirim, que hoje recebe esta Assembleia, local que muito me apraz vir. -----

Relativamente à moção proposta, efetivamente, existem versões diferentes sobre a origem do Dia Internacional da Mulheres. Sem dúvida, quer o protesto da Rússia, quer a greve nos Estados Unidos, tinham como um objetivo comum, que era alertar sobre o estado insalubre de trabalho que as mulheres estavam sujeitas.-----

No geral, a história das mulheres esteve marcada pela submissão, bem como pela violência. A despeito de, hoje em dia, a mulher tem alcançado muitos direitos, a luta ainda continua, visto que ainda sofrem com preconceito, desvalorização e muito desrespeito. Vida é a lei de Maria da Penha, relativamente à situação de ter a própria farmacêutica defendido este desrespeito contínuo por aquilo que são os valores e a dignidade humana na figura das mulheres. -----

Curiosidades sobre o Dia da Mulher. Não existe só um. Há o dia 5 de setembro, onde se comemora o Dia Internacional da Mulher Indígena. O dia 25 de novembro, em que é comemorado o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.-----

O dia 25 de julho, em que é comemorado o Dia da Teresa de Benguela e da Mulher Negra. Hegemonia. -----

E mais, há uma série de escritoras que dizem, a minha luta diária, e subscrevo, é para ser reconhecida como sujeito, impor a minha existência numa sociedade que existe e insiste em negá-la. Djamila Ribeiro, escritora. -----

Não há limite para o que nós, como mulheres, podemos conquistar. Michelle Obama.

No dia 8 de março de 1917, 90 mil operárias percorreram as ruas reivindicando melhores condições de trabalho e de vida, em 1917. Evento que deu origem ao Dia Internacional da Mulher que ficou conhecido com duas palavras que são altamente significativas, pão e paz. -----

O Dia Internacional da Mulher é comemorado entre nós no dia 8 de março com o objetivo de celebrar os direitos que as mulheres conquistaram até agora. Mas, também é preciso lembrar que há muito para fazer e muito por fazer. Trabalho e salário igual são direitos e garantias. -----

O Partido Socialista subscreve a moção e associa-se à mesma.”-----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção a votação, infamando que estavam trinta e cinco membros presentes na sessão.

Deliberação: A Moção foi aprovada, por maioria, com trinta e quatro votos a favor e um voto contra. -----

2.1-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados.-----

Feita a contagem verificou-se que estavam presentes trinta e três membros, existindo, cinco não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e três membros presentes na sessão.-----

Deliberação: Aprovada com vinte e três votos a favor, havendo cinco não votos, por não terem participado na sessão anterior.-----

2.2-ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que crê que desde dezembro até à data não houve reunião de nenhum destes órgãos, no qual a Assembleia esteja representada, ainda assim, questionou se algum membro da Assembleia tinha alguma intervenção para, ao que foi respondido que não.-----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1-ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a seguinte informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do município:

“Relativamente à informação que presto regularmente nesta Assembleia Municipal, a mesma está escrita e foi previamente disponibilizada a todos os deputados municipais e, portanto, estou disponível para prestar esclarecimentos. -----

Em todo o caso, gostaria de salientar alguns aspetos que me parecem mais relevantes sobre a atividade desenvolvida pelo município, ou por outras entidades do município, desde a realização da última Assembleia Municipal. -----

Assinamos protocolos com 56 associações culturais e clubes desportivos, no entanto, este número não representa a totalidade das associações que serão apoiadas pelo município no ano corrente, representa apenas as associações que já apresentaram toda a documentação necessária. -----

Este apoio, num total de 462 mil euros, irá suportar as atividades culturais, desportivas, recreativas e sociais desenvolvidas por estas 56 associações, ao longo de todo o ano. -----

Saliento também o desfile do carnaval escolar, uma vez que temos uma tradição de entrudo tão relevante como o Entrudo de Lazarim, levando essa tradição para as escolas, uni-la com a celebração geral do Entrudo e fazer o envolvimento das nossas escolas e a preparação das nossas crianças para esse processo de preservação, de divulgação, de orgulho sobre o nosso património, parece-nos fundamental e foi um excelente evento. -----

Saliento também que, pela primeira vez, vamos ter o apoio da DGArtes à programação cultural do Teatro Ribeiro Conceição. Durante os próximos quatro anos teremos um apoio financeiro de 100 mil euros, anuais, num total de 400 mil euros. É uma excelente notícia, a qual já tive oportunidade de referir no passado dia 23 de fevereiro de 2024,

na gala de aniversário do Teatro Ribeiro Conceição e da outorga da Medalha de Mérito Cultural, ao senhor professor João Gama. -----

Queria salientar, também, uma reunião importantíssima que tivemos com a Direção Geral do Património Cultural, a propósito da nova fase de execução das obras do Museu de Lamego. O projeto que foi elaborado, seguindo as indicações da Direção Regional de Cultura do Norte, excede largamente o valor que estava disponível, no âmbito do protocolo assinado com o PRR, Plano de Recuperação e Resiliência, mas conseguimos negociar e encontrar uma solução para o reforço de verba, nesse sentido, quando estiver terminada a revisão do projeto, será lançada a obra da segunda fase da requalificação do Museu de Lamego.-----

Relativamente à visita do ICNF, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas às faixas de gestão de combustível que estão a ser executadas ao longo dos principais arruamentos e rede viária do nosso concelho, tenho a dizer que esta é uma intervenção fundamental para garantir a resistência do nosso território aos fenómenos de incêndio que, infelizmente, todos os verões assolam o nosso país.

Futuramente, dependerá do município, a capacidade de manter estas faixas para que este nível de proteção, que agora vamos atingir, se possa manter.-----

Queria referir também que temos levado a cabo, em colaboração com as juntas de freguesia, um conjunto muito alargado de pequenas e grandes reparações em infraestruturas no nosso concelho, seja a nível de levantamento de muros, pavimentação, reparação de redes de água e saneamento e guiamento de águas pluviais, que são fundamentais para o dia-a-dia das pessoas.

Fizemos reparações na Rua Cardoso Avelino, no reservatório da Fraga, em Penude, na Rua da Serra, em Penude de Baixo, na estrada de Balsemão, que tem sido um problema grave com sucessivos derrubamentos de muros, e procedemos ao levantamento do muro de suporte. -----

Fizemos, também, uma inspeção à Ribeira de Nazes, que está parcialmente obstruída e que precisará de uma intervenção urgente, para evitar um conjunto de inundações que se têm verificado quase na inserção no Ribeiro do Coura.-----

Temos estado a desenvolver, a nível do bem-estar e proteção animal, um conjunto permanente de campanhas de adoção, de esterilizações, de capturas e de controlo das diversas, quer de matilhas, quer de colónias de gatos, que temos abandonados no concelho. Fizemos também uma pavimentação na Rua do Souto.-----

Queria salientar, ainda, uma iniciativa da Assembleia Municipal que foi a apresentação do projeto Jovem Autarca. -----

Em relação ao balanço sobre os projetos candidatados ao PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, tivemos a visita da Comissão de Acompanhamento, nomeadamente do senhor Professor Dominginhos e, efetivamente, fizemos uma abordagem a todos os projetos municipais, mas também aos projetos das empresas e

das IPSS do Concelho e temos, neste momento, mais de 50 milhões de euros já candidatados, o que é uma boa notícia para Lamego. -----

Precisamos, efetivamente, de ter capacidade para dar seguimento e execução célere a todos estes projetos. -----

Ainda sobre o bem-estar animal, prossegue a obra de ampliação do canil municipal e tivemos, no ano de 2023, um recorde do número de animais recolhidos ao abrigo municipal que foram exatamente 231 animais. -----

O abandono de animais de companhia continua a ser uma catástrofe e a capacidade dos municípios de fazerem a recolha e manterem estes animais ou de os colocarem em adoção, é ainda muito limitada. -----

Quero também fazer uma referência ao Entrudo de Lazarim, decorreu este ano mais uma edição excelente, com amostras das riquíssimas máscaras que foram produzidas ao longo do ano pelos nossos artesãos. Os caretos saíram, uma vez mais, à rua com os trajes tradicionais, com toda a animação em volta do entrudo e que mereceu destaque na televisão e nos jornais nacionais e internacionais.-----

Sobre o aniversário da Polícia de Segurança Pública, saliento que a PSP é uma das instituições relevantes da nossa cidade que trabalha diariamente para garantir a segurança dos nossos cidadãos. As instalações que ocupa e que são propriedade municipal, não têm condições e estamos a trabalhar lançarmos brevemente o concurso de empreitada com vista à reabilitação das instalações da divisão da PSP de Lamego. -----

Por último, referir ainda o Concerto Ano Novo, que também já aqui foi referido, e as intervenções na rede de saneamento que nós gostaríamos de complementar no âmbito do Portugal 2030, incluindo as situações de sub infraestruturação que se verificam particularmente na freguesia da Penajóia. -----

E era esta a informação que queria salientar, ficando ao dispor dos senhores deputados municipais para qualquer esclarecimento adicional.”-----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dar uma informação relativamente ao projeto Jovem Autarca, já aqui referido pelo senhor Presidente da Câmara e que é uma iniciativa à Assembleia Municipal. -----

Adiantou que, até ao momento, a competição já se realizou em quatro estabelecimentos de ensino, faltando unicamente a Escola da Hotelaria e Turismo do Douro. Participaram, até ao momento, cerca de 110 alunos, com 20 professores envolvidos, num total de 18 competições já realizadas. -----

Por último referiu que, quando terminar o projeto, será apresentado um balanço mais detalhado, o qual será comunicado aos senhores deputados municipais.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Gostaria apenas de colocar uma questão, se me permitem, porque não tive a oportunidade de o fazer no período antes da ordem do dia e que tem a ver com o Gabinete de Apoio ao Investidor e Empreendedorismo. -----

O senhor Presidente respondeu que estava a funcionar, embora eu não tenha registo dessa atividade e, por isso, gostaria de saber quantos atendimentos já foram efetuados e quais as ações que já realizou, para ficarmos esclarecidos.-----

Relativamente à informação dada pelo senhor Presidente da Câmara, ouvi-o atentamente quando se referiu à informação sobre o bem-estar animal. Bom, de facto, aquilo que me preocupa bastante é um assunto que certamente já todos já deram conta, inclusivamente o senhor Presidente, porque circula todos os dias na rotunda que faz a ligação de Lamego até Valdigem, que depois dá acesso à ponte para a Régua, e que tem a ver com a quantidade de cães que ali se encontram diariamente. Podemos até dizer que residem ali, uma vez que os vejo, sempre que passo lá.-----

O que é certo é que até hoje a Câmara Municipal e o senhor Presidente nada fizeram, relativamente a esta situação. -----

Ou seja, há uma preocupação em relação aos animais, em relação aos cães, mas em relação a esta em particular, não há. No meu entendimento, é uma situação que nos deve preocupar, porque estes cães permanecem naquele lugar há vários meses, não é uma situação recente. -----

Estamos a falar de questões de saúde, de segurança, mesmo até para quem circula nessa estrada, não só a nível rodoviário, mas também a pé, porque temos bastantes turistas, que fazem essa ligação da Régua para Lamego até porque temos uma unidade hoteleira ali próxima, e por isso considero que é um péssimo cartão-de-visita para os turistas que visitam a nossa região e nomeadamente o concelho de Lamego.--

A situação está por resolver, e gostaria de saber até quando vai permanecer.-----

Fica o alerta e a preocupação do grupo parlamentar do Partido Socialista, e que certamente também será a preocupação de todos os lamecenses que ali circulam.-----

Falo agora de um outro assunto, que tem a ver com a vespa asiática, e que está referida na informação do senhor Presidente. -----

Gostaria de me focar diretamente em algo que, certamente, muitos de vocês assistiram nas redes sociais, e que foi uma constatação daquilo que aconteceu na nossa cidade. -----

É uma demonstração da falta de sensibilidade, por parte do município, para com a cidade e para com os lamecenses. -----

Refiro-me a uma publicação específica, na rede social Facebook, de uma destacada militante do CDS, sendo que já na primeira vez que isto acontece, que é datada de 27 de janeiro deste ano e que está relacionada com a iluminação da quadra natalícia na nossa cidade. -----

Esta publicação, que é intitulada, nem de propósito, vespa asiática, e daí esta minha referência, diz o seguinte, e passo aqui a citar: “Julgo que quando as cidades não dispõem de quem delas goste e cuide verdadeiramente, quando é distrito ao seu suposto desenvolvimento, só existe uma amálgama de nada. Sem qualquer estratégia e planeamento, aparecem vespas asiáticas no fim de janeiro.” -----

O que é curioso é que depois deste alerta e desta indignação da militante do CDS, o senhor Presidente mandou logo retirar, no dia seguinte, a decoração em forma de ninhos de vespa, que estavam colocados nas árvores da nossa distinta Av. Visconde Guedes Teixeira. Ou seja, é curioso que depois da referida publicação teve efeitos imediatos, para a sua retirada. -----

Enquanto lamecense fico desagrado, porque o nosso cartão-de-visita da nossa cidade é a nossa avenida e, de facto, ela merece dignidade e merece o devido respeito, para com, não só dos lamecenses, mas também de quem nos visita, ainda mais, nesta quadra natalícia. -----

Com a publicação, de uma lamecense, nas redes sociais foi possível resolver este desleixo do Executivo Camarário. Espero, sinceramente, que isto não volte a acontecer, porque dá que pensar.” -----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: “A cultura das aparências que fez e faz escola no governo de Portugal tem seguidores no poder local e Lamego não é exceção. -----

Projetos faraónicos que endividam o concelho e cativam o desenvolvimento concelhio, merecem a nossa oposição e o tempo urge. A responsabilidade é da Assembleia Municipal, quando aprova obras sem espírito crítico e os seus deputados se comportam como a avestruz, enfiando a cabeça na areia. O silêncio é sinónimo de cobardia e os votos dos munícipes merecem respeito. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, as suas palavras leva-as o vento, mas o endividamento do concelho será permanente e indesejável. A grandeza do nosso concelho resulta da ligação das duas realidades, rural e urbana. Olha-se para a aparência do perímetro urbano e descure-se o nosso mundo rural. -----

Vejamos: -----

1 - O Parque de Nossa Senhora dos Remédios degrada-se. Ninguém vê e ninguém ouve! -----

2 - As janelas manuelinas sem eletrificação. Ninguém as vê e não dá votos!-----

3 - O acervo documental da antiga Biblioteca Municipal em deterioração. Não vale um cêntimo e somos iletrados! -----

Relembro que o acervo é valioso e merece outro espaço. O atual é uma vergonha para os lamecenses. Investir na conservação do acervo documental não é esbanjamento, é defender o nosso património cultural. -----

4 – Os monumentos nacionais sem iluminação. Que negligência! -----

5 – Preservação dos moinhos do Bairro da Ponte. Não cativa! -----

6 – Pelourinhos derrubados. Como simbolizam a justiça, deslembra-se! -----

7 – Análise das águas das fontes públicas. Não se bebe água, há vinho e cerveja!-----

8 – Desaparecimento dos suportes das floreiras e nicho da Ponte de Pau – Fafel. Ninguém sabe! -----

9 – Com sobressalto e inquietação, o Santo António vê portões e terreno à volta da sua capela evaporarem-se. Houve alienação, ou usurpação? -----
 Sou portador de uma missiva que vou entregar ao senhor Presidente da Câmara e o seu autor solicita esclarecimentos sobre este tema. -----

10 – Esquecimento das obras do cruzamento do lugar da Ortigosa. É insignificante e não realça o trabalho dos decisores políticos! -----

11 – Instalação de lâmpadas no solo. Sempre apagadas, para a poupança!-----

12 – As pedras das paredes do pavilhão multiusos vão desaparecendo. Não faz mal, vamos substituir com revestimento ferruginoso! -----

13 – As pedras dos muros do Rio Coura estão lentamente a desaparecer. Não interessa não há trutas! -----

14 – O abandono do circuito de manutenção está ultrapassado e tem arvoredo em alternativa há um descampado e muito sol! -----

15 – A aquisição de um automóvel mercedes topo de gama, somos superiores aos países nórdicos. -----

Senhores deputados, continuem silenciosos, acríticos e aproveem esta paranoia da Câmara Municipal. Os lamecenses estão em alerta e não esquecem as precipitações dos políticos que decidem sem o seu consentimento. É lamentável!.”-----

Tomou a palavra o membro **Ana Branca Carvalho** para proferir a seguinte intervenção: “Renovo os cumprimentos. Há três sessões da Assembleia Municipal, vim perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que estava a ser feito devido à alteração, por força do Decreto-Lei 78 de 2023, de 4 de setembro, relativamente à reorganização da Direção-Geral do Património Cultural e principalmente para a criação do Instituto Público de Património Cultural. -----

Fico muito satisfeita que, na governação do Partido Socialista haja, de facto, esta alteração, que vale o que vale numa situação de centralização, mas que permite, pela primeira vez, verificar com muito gáudio e, como vemos, o Partido Socialista não vem só aqui para negativamente dizer algumas coisas ou então contestar algumas posições, mas para dizer que ficamos muito satisfeitos relativamente a este valor, a este budget de 400 mil euros para o Teatro Ribeiro Conceição. -----

Obviamente que o principal objetivo de qualquer promotor, ou produtor, nas artes é recuperar, reabilitar e revitalizar património cultural material e imaterial, prevenindo desta forma a perda da memória, relativamente àquilo que são as comunidades locais. Também vamos ficar para ver, dentro deste valor e dentro desta expectativa criada, em prol da cultura e das atividades ligadas às artes na nossa cidade, no nosso concelho, abrangendo cidade e freguesias, ficamos à espera de toda a informação possível para podermos trabalhar em conjunto.” -----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Aproveitando a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara, queria

apenas centrar-me numa situação que tem a ver com o Entrudo de Lazarim, congratulando-me com a realização deste evento, mas vamos ser realistas.-----

Ainda bem que tem melhorado ano para ano, tem tido cada vez mais pessoas a assistir e não tenho dúvidas de que cada vez terá mais público. -----

No entanto, verificamos que começa a haver alguma limitação física, e esta crítica é dirigida, logicamente, ao senhor Presidente da Câmara e ao município. -----

Fui de motociclo ao Entrudo de Lazarim e a vantagem de quem anda de motociclo é que tem outro tipo de acessibilidade, que infelizmente a esmagadora maioria dos veículos automóveis não tem. Portanto, apelo ao senhor Presidente, pois está na altura de começar a planificar e criar uma solução para se conseguir aceder à Freguesia de Lazarim nesta altura do ano. -----

Na minha opinião, a solução passará por recorrer, provavelmente, ao transporte público, por melhorar a acessibilidade de quem nos vem visitar nessa altura, porque torna-se penoso para quem nos visita, ter de deixar o automóvel em Lalim e ter que se deslocar a pé, até Lazarim. -----

Considero que temos de fazer um esforço conjunto para melhorar essa acessibilidade, durante esse período do ano. Para isso, será importante pensar num plano estruturado, tendo em conta também as pessoas com menos mobilidade. Desta forma contribuiríamos para a dignificação de uma importante tradição no nosso concelho.”----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: “O Entrudo de Lazarim é um evento cada vez mais cativante e, nesse sentido, quero deixar algumas considerações sobre este tema. -----

Há uns anos atrás parecia uma coisa de loucos imaginar que o Entrudo de Lazarim, ou as máscaras de Lazarim, poderiam fazer parte da lista do Património Material da Humanidade. Ninguém acreditava, aliás, todos criticavam, houve muitas resistências, mas houve alguém que sonhou isso. Essa pessoa tem um nome, não vou dizer aqui, mas foi um antigo Presidente da Câmara Municipal de Lamego. Mas, de facto, a máscara, o entrudo e o traje de Lazarim são um património inestimável.-----

Temos de tratar com grandeza aquilo que é grande e, neste momento, o Entrudo de Lazarim ainda não é tratado com a grandeza que merece. -----

O que é que quero dizer com isto? Eu sei que o Entrudo de Lazarim são três dias, mas poderiam ser quatro semanas, conforme já conversei várias vezes com o senhor Presidente. Quando passarem a ser quatro semanas, aquilo que eu venho aqui dizer ainda tem mais propriedade. -----

Independentemente de serem apenas quatro dias, Lazarim tem que ser uma freguesia infraestruturada para esses quatro dias. Tem de ter um espaço onde as pessoas possam estacionar, se não puderem ir de transporte público, como aqui se falou.-----

Tem de ter um espaço onde se possa comer à vontade e onde se possam fazer as necessidades à vontade. Quando estive mais próximo dessa festividade, havia empresas de turismo que faziam circuitos para o Entrudo de Lazarim.-----

Claro que uma empresa que traz os seus clientes tem de garantir qualidade a esses clientes. Esses clientes não podem andar à procura de uma casa de banho, não podem andar preocupados em querer comer e só o poder fazer em determinado tempo e em determinado período. -----

Nesse sentido, acho que já começa a justificar-se que nesses quatro dias a freguesia esteja bem estruturada, para se poder estacionar à vontade, para se comer à vontade e para se andar todo o dia à vontade. -----

Portanto, é esse o desafio que lanço ao senhor Presidente da Junta, caro amigo, e também, obviamente, ao senhor presidente da Câmara Municipal. Tenho para mim uma máxima, que é aquilo que não vai para frente, vem necessariamente para trás.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim** para proferir a seguinte declaração: “Não tinha intenção de fazer uma intervenção, mas vi-me quase na obrigação de o fazer, até para que não seja só um corredor de pessoas do Partido Socialista a vir aqui falar hoje. -----

Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sessão e um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferreirim, Wilson Teixeira, que nos recebe hoje aqui. -----

Ferreirim é umas das freguesias com quem me relaciono muito bem, quer em termos institucionais, quer em termos pessoais, pois tenho cá muitos amigos.-----

O Entrudo de Lazarim não era um tema para hoje, mas foi referido nas informações do senhor Presidente da Câmara. -----

Quero começar por agradecer as palavras do Dr. Ricardo Morgado, quando se referiu ao Entrudo de Lazarim. -----

É verdade, Entrudo de Lazarim tem vindo a crescer cada vez mais, mas também temos que fazer uma reflexão, porque tudo o que se diz, nem sempre é verdade e posso comprovar. Estive há bem pouco na freguesia de Bemposta, que é uma freguesia do concelho de Mogadouro, bastante aberta, com muito estacionamento, e assisti a um desfile, no qual participaram mais mil figurantes e estavam cerca de duas mil pessoas a assistir. E havia muito onde estacionar, não foi por falta de estacionamento. -----

Portanto, nem tudo serve de razão válida. O que serve de razão válida é que o Entrudo de Lazarim é organizado pela Junta de Freguesia, em parceria com o município, ao qual agradeço, desde já, o apoio. -----

Temos vindo a trabalhar em algumas ideias e isso é constante, mas sabemos que nem tudo está feito. O estacionamento é um problema nosso, um problema diário. É o ponto em que mais me criticam. Mas nós também não podemos fazer tudo. Já tentei adquirir vários terrenos, mas é impossível comprá-los, por serem extremamente caros. Por isso, nem tudo é assim tão linear, mas agradeço as vossas palavras, pois são elas que nos dão ânimo. -----

Temos vindo a introduzir novas dinâmicas, ano após ano. Este ano, na segunda-feira tivemos mais de 60 fotógrafos a percorrer toda a freguesia, com um mapa à procura do selo. Foi uma ideia muito brilhante que tivemos este ano. E é destas coisas que o Entrudo de Lazarim também vive. -----

Quanto aos carros chegarem à freguesia de Lalim, vão certamente chegar lá no próximo ano. Gostava que os carros chegassem até aqui a Ferreirim, pois era muito bom para Lazarim e para todos.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir o seguinte: “Respondendo às questões colocadas sobre o bem-estar animal pelo deputado Romeu Sequeira, vou repetir o que já aqui tinha referido.-----

Estamos a ampliar o abrigo, o canil municipal, a duplicar a sua capacidade e a criar uma unidade específica de gatil, que não existia. Estamos a construir um conjunto de cercados com todas as condições de apoio, nomeadamente ao nível de abrigo, condições de alimentação e limpeza para esses animais.-----

Vamos instalar também uma estação de tratamento de efluente, específica para o canil municipal. Estamos a falar de um investimento, na ordem dos 300 mil euros, para além, obviamente, de todo o custo de manutenção, dos protocolos com as clínicas veterinárias para tratamentos e castração dos animais, com o apoio às associações de defesa animal, quer em termos logísticos, quer em termos financeiros.-----

No mandato anterior, foi celebrado um protocolo com a Direção Geral Veterinária para fazer obras de 15 mil euros no canil municipal. E hoje estou aqui a falar de um investimento de 300 mil euros.

Temos permanentemente, na rua, uma equipa que, durante a noite, procede à captura dos animais errantes. Adquirimos e construímos jaulas para a captura de animais. Temos vindo a fazê-lo com as matilhas, já fizemos nas matilhas da cidade, nomeadamente no Paraíso, no Relógio Sol, e parcialmente em São João.-----

Iremos fazê-lo também, na rotunda da ponte do Peso da Régua, junto ao restaurante Torrão, onde temos, neste momento, uma matilha que tem entre 35 a 40 animais.-----

Temos também, na Freguesia de Ferreirim, um problema desta natureza, o que revela que, efetivamente, a população continua a estar pouco sensibilizada para esta situação e o abandono é, de facto, muitíssimo elevado.-----

Portanto, para concluir, estamos a criar condições para recolher as matilhas que temos na rua. Quando as matilhas puderem estar na rua devidamente tratadas a nível sanitário, elas terão que ali continuar. Estamos a fazer com que as pessoas percebam que não podem alimentar animais errantes, porque rapidamente eles vão-se agregar e vai nascer uma matilha ou uma colónia, no caso dos gatos.-----

Por isso, criamos a figura do cuidador informal, ou seja, são pessoas que, gostando de animais, ajudam a tratar dos animais que estão na rua, mas pretendemos que o seu trabalho seja enquadrado com os serviços do município e com as associações, com as quais temos protocolo. -----

Muitas vezes as pessoas fazem mal, pensando que estão a fazer bem, ao alimentar animais vadios, com pena dos animais e com gosto por eles, mas estão a criar um grande problema, que depois não temos capacidade para o resolver.-----

Temos tido, a nível de adoções, uma recetividade muito grande. Eu lembro-me dos anteriores mandatos, acho que nunca passámos as 90 adoções por ano e, no ano passado, ficou acima das 150 adoções. -----

Portanto, há também, por parte da população, uma sensibilização maior. As pessoas aceitam ir ao abrigo, ao canil municipal, e adotar um animal abandonado, em vez de comprarem um cão de raça num canil. Acho que é um gesto bonito e, com as campanhas de sensibilização que temos feito, temos conseguido cumprir esse desígnio. -----

O deputado Romeu Sequeira também se referiu a outros animais, as vespas asiáticas. Sobre isso, tenho a dizer que o senhor não conhece, de todo, as funções de um Presidente de Câmara, mas digo-lhe que deveras não passam, nem por ler comentários do Facebook, muito menos, por reagir a comentários do Facebook.-----

Os serviços do município estão devidamente organizados. As festas têm uma tutela e têm um serviço que se ocupa dessas questões. A iluminação foi desmontada quando estava programado para ser desmontada, nem um dia antes, nem um dia depois.-----

Relativamente, às questões colocadas pela doutora Ana Branca, parece-me que misturou duas situações distintas, a da DGArtes, que concede o apoio ao Teatro Ribeiro Conceição, fruto de uma candidatura bem conseguida, e a da reestruturação da Direção-Geral do Património Cultural e da Direção Regional de Cultura do Norte.----

Em relação a essa reestruturação, ela não mereceu o nosso apoio, nem, genericamente, o apoio dos autarcas afetados. No nosso caso, não mereceu o apoio de Lamego e Tarouca, porque foi desmantelado o projeto de Vale do Varosa, que, sob a tutela do Museu de Lamego, geria um conjunto diverso de equipamentos, de uma forma articulada. Há anos que trabalhávamos esta rede e sentíamo-nos bem com ela.

A centralização destas competências em Lisboa, no que diz respeito aos museus, e no Porto, no que diz respeito ao Instituto do Património, também não merece o nosso acordo. -----

A parte que ficou entregue à CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, é a parte do licenciamento, com a qual nós trabalhávamos na Direção Regional da Cultura do Norte, ou seja, estas ligações ficaram repartidas por três entidades distintas. -----

Não merecendo esta estruturação, o nosso apoio, não significa que vamos deixar de trabalhar com estas instituições, muito pelo contrário, vamos ter que trabalhar afincadamente para obter os mesmos resultados que obtínhamos antes. E foi o que fizemos, por exemplo, quando fomos surpreendidos pelo facto dos investimentos PRR no Museu de Lamego não serem da responsabilidade da Museus, Empresa Pública,

que gere os museus, mas sim do Instituto do Património IP, que não gere o museu, mas que continua a gerir todo o PRR desta área da cultura. -----

Portanto, desenvolvemos, naturalmente, os contactos com base no conhecimento pessoal. Contamos com as pessoas disponíveis e competentes, com quem trabalhamos e estamos, neste momento, a garantia de que poderemos executar, não apenas, a segunda fase das obras do Museu de Lamego, mas também concluir a parte do wi-fi, para os equipamentos culturais, no qual está incluído o Convento de Ferreira, e assegurar uma terceira fase para a modernização do espaço museológico do Museu de Lamego, porque não basta intervir no museu, é necessário que todo o espólio e o espaço de exposições, que é disponibilizado aos visitantes, seja também modernizado e isso vai ser conseguido. -----

Contrariando aquilo que afirmou ser uma virtude da reforma feita pelo Governo, ela não é de todo virtuosa, mas o importante é que no fim consigamos trabalhar em conjunto, e é o que estamos a fazer. -----

Sobre o Entrudo de Lazarim e as intervenções do deputado Pedro Torres, do deputado Paulo Barradas e também do Presidente da Junta de Lazarim, tenho a dizer que, efetivamente, Lazarim é uma vila pequena e tem, naturalmente, problemas de mobilidade, quando recebe milhares ou dezenas de milhares de pessoas. Era impossível ser de outra forma. -----

Temos que trabalhar a questão da mobilidade e disponibilizar no acesso, provavelmente por Perafita, o estacionamento no campo futebol e na zona envolvente e criar um sistema de ida e volta até ao centro da vila e fazer o mesmo, desde o cruzamento de Meijinhos. -----

É uma operação relativamente fácil de fazer, desde que esteja previamente preparada, ou seja, que não haja o estacionamento indevido ao longo da via, porque depois torna-se impossível a circulação e isso acontece com alguma frequência. -----

A organização do Entrudo é da Junta de Freguesia e entendo que assim deve continuar, porque a genuinidade do entrudo de Lazarim resulta, efetivamente, da participação da população local e das instituições da freguesia. -----

Ao município cabe apenas dar apoio logístico e financeiro, no sentido de contribuir para que tudo seja conduzido a um objetivo maior, que é a classificação do Entrudo, da Máscara, dos caretos e de toda esta riqueza patrimonial, que temos no nosso concelho e da qual nos devemos orgulhar e que o deputado Paulo Barradas também aqui referiu.” -----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para proferir o seguinte: “Quero apenas recordar o senhor Presidente da Junta de Lazarim, que a primeira intervenção feita nesta Assembleia Municipal, relativamente ao Entrudo de Lazarim, foi feita por mim.

Por isso, o seu a seu dono, e a minha intervenção não foi em resposta a nenhuma outra, foi feita por iniciativa própria, por entender que realmente o Entrudo de Lazarim é um evento de destaque e de valorizar.” -----

Deliberação A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3.2.-ASSUNTO: RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2023 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAMEGO (CPCJ) – APRECIACÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal o relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lamego (CPCJ), referente ao ano de 2023, para apreciação. -----

Tomou a palavra o membro **Milene Geada** para proferir a seguinte intervenção:

“Começo por cumprimentar todos os presentes nesta sessão. Desde já agradecer o convite para a apresentação do relatório, uma vez que dá a possibilidade de transmitir o que significam os números explanados nas tabelas, pois trata-se de um relatório interno, de difícil interpretação por pessoas alheias aos trabalhos da comissão.-----

Relativamente ao número de processos de promoção e proteção de crianças e jovens:

- Em 2023 deram entrada 117 sinalizações, que deram origem à instauração de 117 processos, sendo que 4 foram transferidos para outra CPCJ por incompetência territorial, e 3 foram remetidos para tribunal, por já correr termos naquela instância;-----

- Assim, foram acompanhadas 110 crianças e jovens, das quais, 30 já tinha sido iniciado o seu acompanhamento em 2022. 65 Foram novos processos, e 14 foram reaberturas, ficando a faltar um processo que á data do relatório, se encontrava a aguardar deliberação. -----

- ainda no ano de 2023, foram arquivados 58 processos, e transitaram para o ano de 2024, 59 processos. -----

- De referir que, a CPCJ de lamego assinalou o segundo ano com maior volume processual, desde a sua instalação no concelho, sendo que o primeiro, foi em 2018.---

Quanto à tipologia de perigo: -----

-verificou-se uma maior incidência sobre denúncias de violência doméstica, tendo uma expressão de 58 processos. -----

-Seguida dos comportamentos desviantes, com 37 processos, onde se incluiu que a criança ou jovem, assume, ou está exposta a este tipo de comportamentos.-----

- Também a negligência teve alguma expressão, com um total de 22 processos.-----

- Salientar ainda que a violência doméstica é uma realidade bastante presente, e que às crianças e jovens é-lhes também atribuído o estatuto de vítima, sendo que, ainda que a violência não seja dirigida a elas... assistem... e são elas também vítimas, que sob nenhuma hipótese devemos descurar. -----

Ao nível das atividades desenvolvidas, a CPCJ de lamego efetivou 18 atividades, entendendo-se que se deveria atingir vários públicos, tendo em conta as necessidades. Destacar que: -----

- Foram efetuadas 8 ações, de sensibilização e formação, junto de técnicos, professores, famílias e crianças. -----

- Duas encenações teatrais para crianças, sobre os maus tratos na infância e o abuso sexual; -----

- Foi realizado o 1º Encontro da CPCJ de Lamego, subjugado ao tema “Entre todos prevenir o futuro”, onde foram envolvidos todos os parceiros que diariamente articulam com a CPCJ. (Hospital, PSP/GNR, Tribunal, Escolas) -----

- No mês de abril, foram ainda convidados os lamecenses a colocar um laço azul nas montras comerciais, e instituições, de forma a alertar toda a comunidade para a prevenção dos maus tratos na infância, tendo-se verificado uma forte adesão.-----

Relativamente às instalações, dada a necessidade de preservar ao máximo a vida privada das pessoas que têm que se dirigir à comissão, foi efetuado um relevante esforço por parte de todos os comissários da modalidade restrita, para que se evitasse tanto quanto possível, o cruzamento com funcionários que atualmente se encontram a trabalhar no mesmo edifício. (A reserva de processo e a preservação das famílias, é pois um dos princípios basilares para a intervenção nesta comissão.)-----

Por fim salientar que, apesar de o trabalho nas CPCJ's não ser tão valorizado quanto deveria, é uma das instituições mais importantes do concelho, dado o tipo de situações que trata, bem como as respostas que lhe são permitidas dar, diferenciando-se totalmente da atuação nas escolas, ação social ou centros de saúde.-----

Trata-se de uma entidade de segunda linha, que foi criada com o intuito de evitar, na medida do possível, que as crianças e jovens sejam sujeitas ao contacto com o tribunal, garantindo a sua proteção e a promoção dos seus direitos, acima de todas as circunstâncias.” -----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para proferir a seguinte intervenção: “Em relação ao que ouvimos em relação ao relatório, certamente que ninguém ficou indiferente ao que foi transmitido, nomeadamente no que toca ao número de problemáticas verificadas, destacando-se a violência doméstica, seguido dos comportamentos desviantes, onde se inclui a criança e o jovem e a negligência constatada. -----

Se, por um lado, nos inquieta o que foi reportado, por outro, também nos aquietam um pouco, o facto de sabermos que têm sido cumpridos todos os pressupostos estipulados para uma célere e adequada intervenção. -----

Considero que as implementações de atividades preventivas são fundamentais e possa ser um dos caminhos para antecipar e evitar situações de risco para crianças e jovens. -----

Este relatório demonstra-nos que a prevenção tem sido uma das estratégias utilizadas pela CPCJ de Lamego e, por isso, pode constatar-se, através das diferentes ações de informação e sensibilização promovidas, em parceria com outras entidades, com o intuito de ajudar a sensibilizar a comunidade, a educar sobre a importância dos direitos da criança e jovem e a fornecer recursos para lidar com os desafios familiares diários e parece-me que este último é mesmo fulcral. -----

Ao investir na prevenção, a CPCJ contribui para a construção de ambientes mais seguros, promovendo o desenvolvimento saudável e evitando problemas que possam surgir posteriormente. -----

É certo que também não poderia terminar a minha intervenção, sem antes enaltecer o esforço e o trabalho diários dos vários colaboradores, que fazem o seu melhor para lidar com as variadas problemáticas e, sobretudo, o esforço que tem sido feito no sentido de melhorarem as condições de acolhimento das crianças e jovens e das respetivas famílias, todas elas particularmente frágeis e sedentas de proteção.-----

*Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: “Gostaria de clarificar que a CPCJ de Lamego não está convidada e não vem aqui apresentar, de forma livre, este relatório, é uma obrigação que está consagrada na lei.-----*

Em primeiro lugar, louvo aquilo que é o trabalho feito por parte dos técnicos, numa situação que é extremamente preocupante. -----

Vamos ser honestos, os números apresentados, ao nível da nossa realidade habitacional, são extremamente preocupantes. Se uma situação sinalizada é preocupante, os números apresentados são realmente preocupantes.-----

Não vou colocar em causa aquilo que é a tomada de medidas, que inclusive subscrevo, entendo é que temos de fazer todos um esforço maior, enquanto comunidade, e criar as ferramentas que a CPCJ necessita, porque é necessário combater a questão da prevenção. -----

É uma opinião meramente pessoal, nos dias que correm, padecemos todos, enquanto sociedade, de uma perda de alguns valores morais, de valores societários e de valores enquanto sociedade, enquanto família, acima de tudo, que nos merece uma reflexão profunda, quer individualmente, quer enquanto comunidade. -----

Esse debate e essa reflexão poderiam ser uma excelente premissa, para dar o nosso contributo para que números destes, que são pesados, que são dantescos, que nos envergonham, enquanto sociedade, possam, de facto, diminuir, para que passemos a respeitar cada criança, cada jovem naquilo que é a sua oportunidade de vida e naquilo que deve ser a sua ascensão enquanto pessoa.”-----

*No uso da palavra o senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “Quero, em primeiro lugar agradecer a todos os membros da CPCJ o trabalho desenvolvido. Muitos deles fazem trabalho voluntário, outros estão em representação das instituições que os indicaram, mas todos realizam um trabalho, como aqui foi já referido, necessário e muito difícil, com um envolvimento emocional em problemas graves que, infelizmente, continuam a verificar-se com as nossas crianças e jovens. -----*

Em segundo lugar, quero falar um pouco sobre as instalações. Neste momento, o espaço do Solar de Pinheiro de Aragão, onde está instalado a CPCJ, é partilhado com outros serviços do município, nomeadamente a Divisão de Juventude, Educação e Desporto e também por alguns serviços de ação social e, transitoriamente, pelas

Divisão de Obras de Urbanismo e de Investimentos Municipais, porquanto estão a decorrer as obras na ala esquerda do rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho. Espero que, muito brevemente, esta situação possa ser melhorada com a conclusão das obras no antigo Espaço Internet para a instalação de todos os serviços de Ação Social, incluindo aqueles que decorreram da transferência de competências do Estado no âmbito do RSI, do SAAS, para que possamos aliviar a carga, que neste momento o edifício ocupado pela CPCJ tem, e possamos separar os serviços adequadamente para garantir ainda maior comodidade e, sobretudo, maior privacidade e sigilo no trabalho da Comissão.-----

Relativamente aos serviços de Ação Social, que serão alojados no Bloco da Feira, estes irão libertar o espaço onde atualmente estão, e decidimos destinar esse espaço à unidade de saúde pública do nosso ACES, Agrupamento de Centros de Saúde, para podermos libertar, no atual Centro de Saúde, espaço para uma nova unidade de saúde oral. -----

Esta é uma competência recente do Município, mas que estamos a trabalhar intensamente, quer com o ACES, ou o ex-ACES agora, a Unidade Local de Saúde, quer também com a ARS, no sentido de articularmos as condições físicas de alojamento de todos os serviços que são necessários para garantir cuidados de saúde à população, mas também os serviços complementares, que de uma forma mais administrativa, garantem estas competências. -----

Deixo esta informação aos senhores deputados municipais e aos lamecenses, do esforço que estamos a fazer para realojar adequadamente todos estes serviços e criar espaço para novas valências, nomeadamente esta, da saúde oral.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.3.-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM O INSTITUTO DE CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE - ADESÃO À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor, que a seguir se transcreve: *“Proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar a minuta do Protocolo referenciado em epígrafe, tendo em conta os seguintes considerandos:* -----

- São objetivos da Rede de Cidades e Vilas que Caminham, que os municípios que a integrem, no quadro do desenvolvimento local sustentável:

- a) Reforcem as condições de caminhabilidade na cidade, vila e demais lugares habitados;*
- b) Melhorem a qualidade de vida urbana;*
- c) Enriqueçam as sociabilidades;*
- d) Melhorem os parâmetros de saúde pública;*
- e) Universalizem a utilização do espaço público para todos;*
- f) Melhorem o comércio local através de centros comerciais ao ar livre;*

- g) Beneficiem a economia circular;*
- h) Diminuam a emissão de gases poluentes;*
- i) Contribuam para a igualdade de género;*
- j) Incrementem a intermodalidade;*
- k) Aumentem a segurança da circulação pedonal e viária;*
- l) Formem técnicos para a abordagem específica e transversal;*
- m) Sensibilizem a população para os benefícios da caminhabilidade;*
- n) Colaborem e cooperem com todas as entidades públicas e privadas que desenvolvem ações.*

- A articulação entre o Município de Lamego e a Instituto de Cidades e Vilas que Caminham desenvolverá as seguintes atividades:

- Promover ações de formação técnica certificadas, no mínimo de duas por ano;*
- Estabelecer o “Seminário Permanente de Espaço Público” em plataforma online, enquanto programa formativo;*
- Organizar os Congressos Nacionais das Cidades e Vilas que Caminham;*
- Participar nos Congressos Espanhóis de Red de Ciudades que Caminan;*
- Atribuir o Prémio Nacional das Cidades que Caminham;*
- Entregar o Certificado de Adesão em cerimónia pública;*
- Pesquisar e comunicar sobre os programas de apoio, diretos e indiretos, nacionais e europeus, para o incremento da caminhabilidade;*
- Criar uma e-biblioteca de informação relevante nesta matéria;*
- Avaliar intervenções tendentes ao incremento da caminhabilidade, quando solicitadas pelos municípios-membro.*

Mais propõe, que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** proferir os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: *“A mobilidade suave, o caminhar, o devolver as nossas cidades aos peões, o criar condições para que as nossas cidades sejam usadas no seu dia-a-dia para o desenvolvimento de atividades económicas, que são cada vez mais importantes e fundamentais, mas, simultaneamente, dar qualidade de vida às pessoas e permitir que todos, independentemente da sua condição, nomeadamente as pessoas com mobilidade reduzida, possam fruir as nossas cidades, possam utilizá-las, possam circular livremente. -----*

Esta é uma tendência que está a ser seguida por grandes cidades, um pouco por toda a Europa e pelo mundo, também por pequenas e médias cidades. -----

Nós decidimos propor a adesão do Município de Lamego a esta rede das cidades que caminham, para podermos ter conhecimento das melhores práticas que decorrem a nível nacional e internacional, para podermos também partilhar as nossas experiências nesta área da mobilidade suave e de podermos estar a par daquilo que são os

desafios do futuro, porque entendemos que uma cidade com o nosso património, com o nosso potencial turístico, com a nossa capacidade a nível de serviços e de comércio, deve, efetivamente, privilegiar o peão, privilegiar as pessoas, em detrimento do automóvel, sendo que sabemos que a circulação rodoviária continuará a ser fundamental para que a economia funcione e as pessoas se desloquem, mas sem deixar de lado isto que são novas tendências que queremos acompanhar.-----

Por isso, proponho aos senhores deputados municipais que possam deliberar a aprovação deste protocolo.”-----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“O grupo municipal da Coligação “Somos Lamego” subscreve, na íntegra, esta preocupação e este protocolo, entendendo-o como uma oportunidade.-----*

Uma oportunidade e uma ferramenta para fazermos mais e melhor pela nossa cidade, pois como dizia o senhor Presidente, os tempos hoje são diferentes, e as questões do ambiente, as questões da sustentabilidade são cada vez mais pertinentes. E a nossa cidade, apesar da sua orografia não ser muito favorável, também temos de fazer esse caminho. -----

Provavelmente este protocolo vai dar-nos a oportunidade de conhecermos melhores práticas, como já foi referido, e trazê-las para cá. A primeira questão com a qual somos interpelados é esta necessidade de mudança, pois é importante percebermos que não devemos trazer e levar o carro connosco para todo o lado. Temos de entender que é um procedimento insustentável, quer na gestão da cidade, quer na gestão de todas as questões ambientais. -----

Claro que a orografia não facilita, mas com certeza que encontraremos soluções, e este protocolo há-de dar um contributo significativo nesse sentido, porque precisamos de mudar a nossa vida diária e retirar, eventualmente, alguns carros do centro da cidade. -----

Na nossa perspetiva é fundamental melhorar a gestão do estacionamento, melhorar alguns pormenores na cidade para a tornar mais agradável, mais atrativa e mais fácil de circular. Votaremos favoravelmente, acreditando que este protocolo será uma boa ferramenta de trabalho, um bom instrumento para conseguirmos atingir esta grande revolução na nossa cidade.”-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Senhor Presidente, nós vamos votar contra esta proposta. Não sei se isso interessa a Lamego, pois são mais tachos, isso nunca acaba.-----*

Só um reparo, o senhor Presidente da Câmara não respondeu no âmbito do acervo documental da Antiga Biblioteca Municipal, não interessa para o senhor, não dá votos, engana-se.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sessão.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor e com um voto contra. -----

3.4.-ASSUNTO: PROCESSO DE DESAFETAÇÃO DE UMA ÁREA TOTAL DE 1722,00M2 AO DOMÍNIO MUNICIPAL SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BIGORNE, MAGUEIJA E PRETAROUCA E NA FREGUESIA DE LAZARIM

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor, que a seguir se transcreve:

“Presente a informação n.º 8005/DFP, de 12/12/2023, dando conta do início do processo de desafetação de uma parcela de terreno com 1722,00 m2, situada na zona prevista para expansão do aterro, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, autorizada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 24 de outubro de 2023, bem como todos os comprovativos da discursão pública realizada, e todas as publicações efetuadas.

A expansão será realizada em terrenos propriedade da Resinorte, tendo sido requerido pela Resinorte a alteração do traçado do caminho que atualmente passa por dentro do perímetro proposto para alargamento, sendo substituído por um a construir na periferia, que ficará transitável desde a entrada do aterro até ao caminho de Mazes à Anta.

Decorrido o prazo da apreciação pública e não tendo havido reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Após o processo de desafetação concluído, a parcela de terreno será inscrita a favor do Município de Lamego, no domínio privado municipal.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal referente ao processo de desafetação da parcela de terreno 1722,00 m2, situada na zona prevista para expansão do aterro, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu o seguinte: *“Em relação ao ponto 3.4 - Apreciação e votação do processo de desafetação de uma área de terreno com 1.700 m2 ao domínio municipal, há uma informação que eu queria prestar à Assembleia.* -----

A ordem de trabalhos seguiu com uma imprecisão quanto à localização desta parcela, pois onde diz: “sita em Bigorne, União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca”, deve ler-se “sita na União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca e na Freguesia de Lazarim”, porque é uma parcela que se divide pelas duas freguesias. -----

Quero dar também nota à Assembleia, que ontem foi recebido pela Mesa, um pedido de esclarecimento, relativamente a este ponto e que refere precisamente este lapso. -----

Dá nota de que esta parcela de 1.722 m² consta da informação que o município recebeu da Resinorte, foi colocada e foi publicitada quer, no jornal quer no jornal local, quer na página da web e foram também solicitados pareceres às Juntas de Freguesias em questão, que estão anexos ao processo e que confirmam, efetivamente, que é uma parcela que se divide pelas duas freguesias já referidas, 837 m², citos na União de Freguesias de Bigorne, Pretarouca e Magueija e 888 m², citos na freguesia de Lazarim e que perfazem a área total a desafetar de 1.722 m².-----

Os pareceres das Juntas de Freguesia foram favoráveis, estão no processo e este esclarecimento fica, assim, presado à Assembleia antes de iniciarmos o período de discussão.” -----

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: “Como é do conhecimento de todos, o aterro sanitário de Bigorne tem sido gerido com muita parcimónia, procurando retirar da deposição, em aterro, todos os resíduos que possam ser objeto, quer de valorização orgânica, quer de reutilização e, portanto, o aterro sanitário já ultrapassou o seu limiar de vida útil, mas mesmo assim tem ainda uma capacidade residual que se está a esgotar. -----

Nesse sentido, o aterro tem duas áreas de ampliação previstas. Uma área para norte, de maior dimensão, e uma área para sul, de menor dimensão, com uma célula pequena. Foi esta ampliação sul que a Resinorte decidiu fazer e, nesse sentido, foi lançado o respetivo projeto de licenciamento, que tem vindo a decorrer junto de todas as entidades competentes, incluindo o Município de Lamego.-----

Para a ampliação a sul é necessário proceder ao desvio do caminho municipal, que liga Bigorne a Anta de Mazes, para o limite dos terrenos detidos pela Resinorte. Portanto, o que está a ser proposto é desafetar, do domínio público, o caminho municipal que neste momento ladeia, do lado sul o aterro sanitário e transferi-lo para o perímetro dos terrenos, propriedade da Resinorte, onde se localizará a nova célula.----

Ficou acordado com a Resinorte que será reposto o caminho, com condições iguais, ou de preferência melhores, do que aquele que hoje existe, e será feito um tratamento mínimo que permita que todo o caminho, na sua extensão, fique circulável.-----

Para o município é imperativo dar seguimento à responsabilidade assumida há mais de 20 anos, enquanto município detentor de um aterro sanitário, que serve a região do Douro Sul e também garantir que, em qualquer desafetação de caminhos para o domínio público, eles sejam substituídos por infraestruturas rodoviárias com iguais, ou melhores condições, o que também acontece neste caso.-----

Quanto à dominialidade do caminho, em relação às juntas de freguesia, efetivamente houve um lapso inicial, que também assumo, em que apenas foi consultada a União

de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, entretanto essa situação foi corrigida e foi consultada também a Junta de Freguesia de Lazarim que, infelizmente, não vem referida no título do ponto que foi agendado, mas essa explicação e justificação foi já dada ao senhor Presidente da Junta e também ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Nesta sequência, solicito à Assembleia a aprovação da desafetação, do domínio público, do caminho que ladeia o aterro sanitário de Bigorne e da sua substituição por um novo caminho, a construir no limite dos terrenos detidos pela Resinorte.”-----

*Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Em relação à desafetação desta parcela de terreno, apenas por si só, não será, difícil subscrever, no sentido de melhorar as questões relacionadas com a acessibilidade. No entanto, no que diz respeito à questão do alargamento do aterro sanitário, aí a situação é distinta. -----*

Permitam-me recuar no tempo, cerca de mais de 20 anos para trás e muitos dos que aqui estão devem ter memória e recordarão, certamente, como é que este processo começou. Numa fase inicial, era imperativo encontrar uma solução para minimizar aquilo que era uma situação de terceiro mundo, que se vivia antes deste novo milénio. Ainda me considero jovem, mas tenho bem patente na minha memória, a vergonha que acontecia, não só junto à zona de Várzea da Abrunhais, mas em bom rigor, havia lixeiras espalhadas um pouco por todo o concelho, com queimas a céu aberto, o que configurava numa situação deplorável, naquilo que são os parâmetros ambientais.-----

Mas também é verdade que foi dito às populações, concretamente da região de Bigorne e de Lazarim, que o esforço que estava a ser feito, era um esforço por 20 anos e que, findo este período, o aterro sanitário seria selado e se tentaria fazer uma otimização ambiental, no sentido de dar, na parte final do encerramento do aterro, que é isso que prevê o estudo de impacto ambiental, um enquadramento que minimizasse aquilo que é uma necessidade para a deposição do aterro.

Não foi dito às pessoas que essa situação se poderia prolongar por mais de 30 ou 40 anos. Vou ser muito honesto, senhor Presidente, no caso específico da bancada do Partido Socialista, não existe propriamente uma definição sobre o nosso sentido de voto, porque não houve uma discussão sobre aquilo que é o prolongamento da duração do aterro ou o interromper, dando cumprimento àquilo que se prometeu às populações, na altura. -----

Na minha opinião, acho que não estamos a tratar as populações de forma digna. A Resinorte achou por bem avançar, o município acha por bem avançar, mas tenho muitas dúvidas que a população tenha sido devidamente escutada.

Acho, também, que estamos numa fase crítica, é um facto, mas apelo ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia, para que este assunto seja devidamente discutido e analisado. -----

Vamos ser realistas, já houve outros municípios, que fazem parte da rede de gestão de resíduos, que disseram que não querem o aterro.

Na minha opinião, também já fizemos a nossa parte do esforço, não devíamos continuar, pois por melhor que se tente fazer, por melhor que sejam os processos, o impacto ambiental está lá, não irá desaparecer. Quando passamos na A24, além do impacto visual, todos percebemos o problema do odor. Na proximidade de um aterro, por muito que se queira, não se consegue disfarçar aquilo que efetivamente é e que existe. -----

Nesta questão, em concreto, estaremos disponíveis para colaborar na desafetação do terreno, mas considero que era muito importante, não só para a Câmara, como para a própria Assembleia Municipal, levar este assunto, do alargamento do aterro sanitário situado no concelho de Lamego, a uma verdadeira discussão pública.-----

E, acima de tudo, que as populações de Lazarim e que as populações pertencentes à União de Freguesias de Magueija, Bigorne e Pretarouca, mais do que ninguém, pela sua proximidade, porque afetam o seu dia-a-dia, devem ser tidas e achadas. Volto a referir a promessa feita há cerca de vinte anos, vai ser quebrada.-----

Tenho uma opinião muito pessoal em relação a este assunto, mas a minha opinião pessoal, neste momento, vale zero, porque para mim é muito fácil, vivendo na cidade de Lamego, dizer que o aterro deve ser colocado aqui ou além, porque não é à porta de minha casa. -----

Considero, por isso que devemos ter o sentido, não só de responsabilidade, como também de solidariedade para com aqueles que se preparam para receber aterro sanitário por mais trinta anos. -----

Depois existem mais questões pertinentes, nomeadamente se vamos receber resíduos só de Lamego, ou os resíduos de outros locais? E por que não deslocar o próximo aterro sanitário para um concelho vizinho? Aliás, a pergunta que se coloca, desde já, nós estamos a receber, neste momento, os resíduos de onde? -----

É que vamos ser honestos, não sabemos sequer de onde é que vêm os resíduos. E não queria, ou não gostaria nesta fase, sem discussão, sem abertura, sem frontalidade e sem percebermos realmente o que aqui está em causa, que fossemos, apenas, um mero depósito dos outros que não o querem, nas suas terras.”-----

*Usou da palavra o membro **Paulo Loureiro** para proferir a seguinte intervenção: Senhor Presidente, se me permite, só 30 segundos para me dirigir à deputada Alita Carvalho, pois parece que não percebeu bem o que eu disse.-----*

Quando me referi ao Partido Socialista, era ao que está refletido nos tempos, foi apenas isso, depois agradei todas as palavras aqui proferidas sobre o Entrudo de Lazarim e particularizei o senhor Presidente da Assembleia e o Executivo Municipal. Peço desculpa, se não fui explícito no meu agradecimento. -----

Ironia do destino, parece-me que o ponto anterior foi inspirado no Entrudo de Lazarim, porque nós já pusemos as pessoas a andar, somos pioneiros, por isso, senhor

Presidente, avance com esse protocolo e com essa medida, pois acho que é muito interessante. -----

Em relação ao aterro sanitário, não vou falar muito dele, porque o aterro é um não assunto, não me tira o sono, mas é muito sombrio. -----

Na minha perspectiva, só há uma forma de tornar este assunto mais claro, que era a pessoa responsável pelo aterro estar onde está, aquele senhor que foi presidente da Câmara Municipal de Lamego, do Partido Socialista, ir lá beber o primeiro copo de água, porque ainda não foi que até hoje. E é por essa razão que o aterro é um assunto sombrio. -----

E digo mais, na altura todos os processos, mais para a direita, mais para a esquerda, penso que foram julgados no Tribunal Administrativo. Tenho pena, muito honestamente, que os juízes, à época, não tivessem a mesma interpretação do Tribunal de Contas, porque a indemnização aos lazarinenses seria, provavelmente, acima de 1,5 milhão de euros, como aqui já foi referido. -----

No que me diz respeito, enquanto Presidente de Junta, dei um parecer positivo, independentemente do equívoco, pois, o que está em causa é a alteração de um caminho, parece-me pacífico, não vejo nada de anormal, ter o caminho mais para a direita, mais para a esquerda, numa zona de mato. -----

Confio na capacidade negocial do senhor Presidente da Câmara e, atendendo que haverá uma verdadeira contrapartida para a Lazarim, que nos agrada, só podemos apoiar e emitir um parecer positivo. -----

Quanto às questões do aterro, já foi há muitos anos, vocês conheciam muito bem aquela zona, eu também conhecia e foi uma pena, mas o rosto está lá estampado.”----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte declaração: “Senhor Presidente, eu vou votar contra. Sempre fui contra o aterro sanitário, como técnico não posso permitir esta proposta e faço um apelo, à maioria, para votar contra esta proposta.” -----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte: “Vou usar uma expressão do deputado Pedro Torres, é uma expressão que eu não uso, porque não sinto necessidade de a dizer que é, “vamos ser sérios”. O que foi prometido à população de Bigorne e à população de Lazarim, que é fortemente afetada pela qualidade da água que atravessa Lazarim e que vem do alto daqueles ribeiros, junto ao aterro sanitário, não foi o encerramento do aterro ao fim de 20 anos, por isso é que estão lá os terrenos, a norte e a sul, para a ampliação do mesmo.-----

O que lhes foi prometido é que, se a GNR não fosse suficiente para vergar a resistência das populações, chamassem a Guardia Civil. Ficou famosa esta expressão, proferida à data, e eu tenho a certeza que quem a proferiu se arrependeu muito de o ter feito, porque nem as populações mereciam tal tratamento, nem o projeto, que era muito importante e continua a ser muito importante.-----

Os resíduos têm que ser tratados e há uma parte restante que tem que ser depositada em aterro e hoje não temos, ainda, solução tecnológica, a incineração podia ser uma solução alternativa a utilizar em vários sistemas, mas nós precisamos do aterro.-----

Mas digo mais, porque o estudo inicial do aterro previa a deposição de quantidades de resíduos maiores do que aquelas que vieram a ser colocadas, o aterro já teve uma duração de vida superior ao que estava previsto.-----

E se o aterro não teve uma duração de vida ainda maior, mais 10 anos, por exemplo, é porque parte do aterro foi carregado com resíduos industriais banais, que vieram de vários sítios do país, por um motivo muito simples, porque o estudo de viabilidade económica da Residouro, o sistema que inicialmente construiu aquele aterro, estava mal feito, a empresa era deficitária e, não havendo resíduos urbanos para colocar no aterro, ou não sendo a tarifa suficiente para pagar todos os custos, viu-se na necessidade de colocar no aterro, ao longo dos anos, resíduos industriais que eram pagos a uma tarifa bastante superior à dos resíduos sólidos urbanos.-----

Ou seja, foi necessário sacrificar o volume do aterro, para garantir o equilíbrio económico-financeiro da Residouro até à fusão da Resinorte, à prorrogação do prazo de concessão, ao aproveitamento de outras infraestruturas, nomeadamente no Vale do Ave, onde é feita a compostagem, para cumprirmos as metas ambientais que nos são impostas pela União Europeia e não ter de sacrificar, ainda mais, os nossos municípios que, junto com a fatura da água que consomem, pagam também uma taxa, relativamente aos resíduos que são colocados nos contentores domésticos e que são levados ao aterro sanitário de Bigorne. -----

Ter um aterro é um custo, é um ônus, é um passivo ambiental permanente para as populações e todos temos que lamentar isso e ter compreensão para com as populações que são afetadas e algumas nem são do nosso concelho.-----

A povoação do Mezio sofre imenso com o cheiro que, nalguns dias, felizmente não sempre, emana do aterro sanitário. Temos também tido a preocupação, junto da Resinorte, de procurar que as freguesias, onde estão localizados aterros tenham alguma compensação, nomeadamente no apoio às atividades sociais, culturais e outras e também na beneficiação da infraestrutura, situação que pedimos também neste processo. -----

Relativamente ao processo de licenciamento do aterro, só não é tão polémico como foi há 20 anos, porque hoje ao município cumpre, apenas, dar um parecer não vinculativo. O licenciamento destas infraestruturas decorre por parte da CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, e das autoridades ambientais e foram cumpridos todos os formalismos, nomeadamente em termos de impacto ambiental e de garantia de que o projeto vai melhorar a situação existente.-----

Porque é que o projeto vai melhorar a situação existente? Porque a célula atual será selada e, portanto, deixará de ter um conjunto de impactos, nomeadamente ao nível

do odor, e a nova célula será mais moderna, será uma célula mais pequena, será uma célula onde a deposição será feita com outras condições que não havia no aterro original. -----

Portanto, podemos garantir que a gestão global e o impacto daquela infraestrutura serão melhorados, em relação à situação que temos atualmente. Quanto à duração de vida da nova célula, dependerá, essencialmente, daquilo que vamos conseguir fazer em termos de retirar parte dos resíduos, que hoje são depositados, nomeadamente a matéria orgânica para valorização orgânica, e do aumento da nossa capacidade de fazer recolha seletiva. -----

Já fazemos recolha seletiva porta a porta, na cidade, há muitos anos, nomeadamente no comércio, na restauração. Temos de reforçar esse processo, quer em Lamego, quer sobretudo nos municípios mais pequenos do Douro Sul, que não têm esse modelo e temos de fazer campanhas de sensibilização que levem as pessoas a separar os lixos. O lixo que é colocado nos contentores amarelo, verde e azul são lixos que não trazem custo direto ao município. E porquê? Porque o pagamento desses recicláveis consegue pagar a operação de recolha. -----

O lixo que é colocado no contentor dos indiferenciados tem de ser pago, ou pelo município, ou pela Câmara Municipal, o que significa que tem de ser pago por todos, nas taxas e impostos municipais, por isso, nós temos vindo, junto das escolas, a reforçar as campanhas de sensibilização para que as nossas crianças e jovens sejam, no futuro, adultos mais comprometidos com a sustentabilidade ambiental. -----

Em relação a grandes problemas que ainda temos na região norte, estes poderão ser resolvidos de várias formas, no reforço da valorização orgânica, mas também na queima de alguns combustíveis de resíduos, o que já acontece em alguns sistemas. É uma prática muito comum, por exemplo, nos países nórdicos, que depois aproveitam o calor da combustão para sistemas de aquecimento, que normalmente têm nas suas cidades. -----

Quanto à separação dos recicláveis, dos metais, dos plásticos, do vidro e do cartão, cada vez mais essas atividades se assumem como atividades industriais. Temos a nossa estação de triagem em Bigorne, junto ao aterro sanitário, e lá irá continuar, porque é um investimento grande que já está feito, mas é um investimento que podia perfeitamente ser colocado em qualquer zona industrial, em Lamego, em Vila Real ou noutro concelho da nossa região. Ou seja, existem, no aterro sanitário, várias infraestruturas que são diversas, algumas têm que estar lá, nomeadamente a deposição em aterro, a valorização orgânica, o aproveitamento do biogás, para a produção de energia, mas outras, como a triagem, por exemplo, podiam ser feitas em qualquer outro lugar. -----

No nosso caso concreto, é muito difícil que aquela instalação possa sair dali, como sugeria o deputado Pedro Torres, porque isso implicaria abrir noutro local, de raiz, o

que despoletaria um confronto com as populações, que muito justamente não iam querer, quando já existe um compromisso assumido naquele local.-----

Portanto, neste sentido, queria deixar uma mensagem final. Relativamente à desafetação do caminho, penso que é unânime que é uma situação pacífica. Relativamente ao projeto de ampliação, à criação de uma nova célula, que é uma célula pequena de deposição de resíduos, que o processo possa ser acompanhado pelos serviços técnicos municipais, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, no sentido de garantir que se são cumpridas todas as condicionantes do licenciamento ambiental e que as condições de exploração futuras asseguram uma melhoria, porque é isso que estamos a dizer e que tem de acontecer, das condições ambientais e do impacto que as populações locais agora sentem.”-----

Usou novamente a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: *“Parece-me que algumas pessoas não perceberam muito bem aquilo que eu disse. Não vim aqui dizer que era contra ou que era a favor. Aliás, até fui bem claro, eu disse que não havia propriamente uma posição definida e estamos a falar concretamente dentro do grupo parlamentar que represento. -----*

Aquilo que disse foi uma coisa diferente. O senhor Presidente da Câmara utilizou as minhas palavras, eu sou obrigado a dizê-las também, “sejamos sérios”!. Aquilo que está em causa não tem nada a ver com aquilo que foi dito pelo senhor Presidente.-----

Pessoalmente, conheço o procedimento, conheço o sistema, conheço a rede, mal era que não o conhecesse, pelo menos tecnicamente. Não é isso que está em causa. O que está em causa é decidirmos se devemos, ou não, discutir com as populações e explicar aquilo que poderá vir a acontecer. Vamos ser claros, o Município de Santo Tirso, por exemplo, negou-se a fazer a ampliação do seu aterro sanitário.-----

Coloquei aqui um conjunto de questões, às quais, inclusivamente, o senhor Presidente tem dificuldade em responder, porque por mais que tentemos acompanhar o processo, os processos nem sempre são transparentes. -----

Neste momento, não conseguimos dizer quem é que vem realmente fazer deposição no aterro de Lamego. As premissas que nós dissemos à população, foram mudando ao longo dos anos. Mesmo que a população concorde, podendo estar disposta a aceitar, podendo haver a dita compensação, entre aquilo que é a realidade económica e a possibilidade de criação de postos de trabalho, defendo que, mesmo assim, terá de haver um debate sério, transparente e honesto. -----

Aliás, não vamos tomar agora nenhuma decisão nesse sentido, mas por uma questão de transparência, temos que dizer às pessoas que estão a assistir e que, logicamente, irão voltar a ouvir falar disto, que vai ser pedido, por mais alguns anos, um esforço adicional. A justificação de que já temos um aterro e portanto, vamos continuar com ele, pessoalmente, não concordo. Nem sequer cai bem. -----

Para terminar, apenas dizer o seguinte, por melhor que sejam as técnicas utilizadas hoje em dia, um processo de depuração de matéria orgânica e matéria inorgânica

acontece com o mesmo procedimento, há libertação de lixiviados e há libertação de odores e, por mais que a tentemos minimizar, nunca vamos conseguir atingir uma plenitude, na resolução do problema dos seus impactos ambientais. As telas podem ser mais eficientes, os processos de compactação podem ser mais eficientes, mas há impactos ambientais que se vão manter. -----

Por isso é que o aterro, sendo uma solução muito melhor do que uma lixeira a céu aberto, não é claramente das melhores soluções. Mas, provavelmente, dentro da nossa realidade é quase impossível ter centrais de compostagem em todos os lugares, inclusive, centrais de incineração que seriam, logicamente, mais eficientes, mas também causariam os seus próprios impactos ambientais.-----

Aquilo que defendo é que esta situação deve ser debatida com as populações afetadas, porque se baixarmos a guarda e não tivermos essa discussão, provavelmente daqui a 20 ou 25 anos, vamos voltar a ter a mesma situação e não podemos, pura e simplesmente, não discutir e não deixar que a população seja parte ativa desta questão.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e quatro membros presentes na sessão.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor e com um voto contra.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos, relativamente aos pontos 3.5 e 3.6: *“Estes pontos são autoexplicativos. Trata-se de apresentar à Assembleia Municipal, nos termos da lei, a lista individualizada dos valores em dívida, a mais de 90 dias, à Câmara Municipal e também a lista das dívidas da Câmara a terceiros. -----*

É uma situação complexa, do ponto de vista do RGPD, Regulamento Geral de Proteção de Dados, posto que estes valores em dívida à Câmara incluem todo o tipo de dívidas, por todo o tipo de devedores, incluindo cidadãos individuais, nas suas contas mais correntes, nomeadamente da água, da renda, da ocupação de um terrado na feira ou de qualquer outro valor, de uma taxa ou imposto municipal. Neste sentido, trata-se de uma informação obrigatória. -----

O que devemos reter desta informação é de que os valores em dívida ao município são muito significativos e, portanto, temos que ser mais eficientes, do ponto de vista do esforço de cobrança, por muito que isto depois signifique um impacto e um custo, por parte dos cidadãos. -----

Relativamente às dívidas da Câmara a terceiros, a situação é bastante mais pacífica e não causa, nesta altura, um grande nível de preocupação.” -----

3.5.-ASSUNTO: DECLARAÇÃO RELATIVA A PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO À DATA DE 31/12/2023 – INFORMAÇÃO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a seguinte declaração, cujo teor se transcreve:

“1. PAGAMENTOS:

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, declara-se que o Município de Lamego não tem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2023.

2. RECEBIMENTOS:

Nos termos da mesma alínea do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, conjugado com o artigo 17º do DL 127/2012 de 21/06, identifica-se por natureza em anexo, os recebimentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2023, totalizando o montante de 1.555.347,91€, extraído do sistema contabilístico SNC-AP.

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 15º da supracitada Lei.” -----

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3.6.-ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 – INFORMAÇÃO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a seguinte declaração, cujo teor se transcreve:

“Francisco Manuel Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Lamego, declara, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 15º da Lei 22/2015, de 17 de março (LCPA), dando conta de que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2023 se encontram devidamente registados no Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA) pelos seguintes montantes globais:

2024	8.318.318,24
2025	3.619.633,68
2026	3.266.714,15
2027	2.547.823,23
Seguintes	10.578.378,77

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15º da supracitada Lei.”

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

3.7.-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAMEGO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela faz parte integrante, propondo à Câmara Municipal a celebração do protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego (AHBVL), nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual permite conceder um subsídio plurianual de 125.635,66€

(componente fixa) e 188.321,61€ (componente variável) à AHBVL, conforme informação infra:

Ano 2024: 313.957,26€.

Ano 2025: 313.957,26€.

Assim, propõe à Câmara Municipal que aprove a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego, no sentido ser submetida à Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos, sobre este ponto: *“Os bombeiros são um elemento fundamental, são o braço da proteção civil municipal. Respondem, não apenas àquilo que são as preocupações e as necessidades do município, no socorro às populações e nas situações de intempérie, de incidente, de acidente grave, mas também, cada vez mais, às solicitações da população para um conjunto de serviços, como o transporte de doentes, seja em emergência ou de doentes não urgentes.-----*

Acorrem a todo tipo de situações, nomeadamente a inundações, quando o gato sobe à árvore ou fica fechado na varanda, todo o tipo de situações têm uma resposta pronta e uma solução, por parte dos nossos bombeiros.-----

Mas têm também outro papel, que é cada vez mais importante e preventivo, nomeadamente através da Brigada de Sapadores Florestais, que os bombeiros constituíram, e que complementam a brigada que temos no protocolo com a Ribaflores e com o Gabinete Técnico Florestal. -----

Finalmente, porque os bombeiros voluntários se confrontam, cada vez mais, a nível nacional, com um défice de voluntariado, temos vindo a reforçar a estrutura dos bombeiros com as equipas de intervenção permanente.-----

Neste ano de 2024, foi criada a terceira equipa de intervenção permanente, o que já confere aos nossos bombeiros uma capacidade permanente, passo a redundância, uma capacidade de responder 24 horas sobre 24 horas, a qualquer tipo de solicitação, não dependendo, de facto, e em exclusivo, do voluntariado, porque hoje o tipo de vida que as pessoas têm, com o nível de mobilidade que lhes é exigido, já não se coaduna com essa disponibilidade que no passado existia. -----

O que tem decorrido deste esforço, de reforço dos meios humanos ao serviço dos bombeiros, de aumento da oferta e também da criação de condições logísticas, nomeadamente ao nível das instalações e de novos veículos, cuja aquisição também tem sido apoiada pelo município, leva a que o protocolo que vamos, seguramente aprovar, tenha hoje um montante muito significativo, que pesa bastante nas contas municipais, mas que pesa muito menos do que pesaria se tivéssemos um corpo de bombeiros municipais, ou tivéssemos que recorrer a outra solução para a prestação de muitos serviços à população, que são assegurados pelos nossos bombeiros.-----

Portanto, salientando o espírito de missão e a disponibilidade dos Bombeiros Voluntários de Lamego e de toda a cooperação que têm mantido com o município, proponho a aprovação deste protocolo.” -----

No uso da palavra o membro **Pedro Torres** proferiu a seguinte intervenção: *“Subscrevemos, na íntegra, a assinatura deste protocolo e é sempre pouco enaltecer o papel desenvolvido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego, no cumprimento do seu sentido de missão. -----*

Este protocolo em nada deve pesar no orçamento municipal, porque o papel e a atividade que os Bombeiros Voluntários de Lamego desempenham na nossa sociedade é vital e permitem-nos viver mais descansados, porque nos sentimos mais salvaguardados com o trabalho meritório, que este conjunto de mulheres e homens desenvolvem para o bem da nossa sociedade.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e três membros presentes na sessão.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.-----

3.8.-ASSUNTO: PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor que a seguir se transcreve: *“De acordo com o artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, os planos de emergência de âmbito municipal são elaborados pela Câmara Municipal e aprovados pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) e da Autoridade Nacional e Proteção Civil (ANPC). -----*

De acordo com o ponto 2 do artigo 2.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, este plano enquadra-se na tipologia de Plano Geral, ou seja, a sua elaboração permite enfrentar a generalidade das situações de emergência no concelho de Lamego.

Nos termos do número 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua atual redação, compete à câmara municipal, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, elaborar o plano municipal de emergência de proteção civil (PMEPC) e acompanhar a sua execução. -----

Considerando que após elaboração, a proposta do PMEPC foi submetida, para efeitos de parecer, nos termos do número 2, do artigo 5º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, na sua atual redação, tendo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Comissão Municipal de Proteção Civil emitido parecer favorável, devendo este ser revisto num prazo máximo de 5 anos, após a sua aprovação em Assembleia Municipal. -----

Assim, dando cumprimento ao instituído no artigo 5º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, na sua atual redação, proponho à Câmara Municipal que delibere remeter à Assembleia Municipal, por forma a esta aprovar o PMEPC de Lamego.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos, sobre este ponto: *“O Plano Municipal de Proteção Civil é um documento formal que imperativamente o município deve dispor, e que regulamenta as linhas de orientação em cada nível de atuação da proteção civil. Tem um prazo de duração de cinco anos, ao fim do qual deve ser obrigatoriamente revisto. Tem, ainda, que ser sujeito a parecer favorável, por parte da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, como já foi.”*-----

Está, portanto, em condições de ser aprovado, confiantes de que responde cabalmente, àquilo que é a integração do Serviço Municipal de Proteção Civil no esquema regional e nacional de Proteção Civil, prevendo todas as medidas que são necessárias, para que possa ser dada resposta a todos os episódios de proteção civil com que nos confrontamos quotidianamente, mais tarde ou mais cedo.-----
Nesse sentido, proponho que este documento seja aprovado.”-----

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir o seguinte: *“vamos votar a conta. Não entendemos o que esta gente faz, como o caso de Britiande.”*-----

O senhor Presidente continuou a não responder. Não respondeu, no que concerne, à Capela de Santo António de Fafel.”-----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir o seguinte: *“Estamos aqui num espaço de debate onde, logicamente, as nossas ideias nem sempre estão de acordo. Não sei se, às vezes, é pela de colocação de voz, se é pelo método ou pela forma, mas nem sempre estamos mesmo de acordo.”*-----

Evito, muitas vezes, entrar naquilo que é o confronto de opinião, no entanto, não posso deixar passar este momento, mediante o que acabei de assistir, porque seria, basicamente, passar um pano branco por uma mancha, que considero democraticamente deplorável. Simplesmente deplorável!!-----

Se existe ferramenta que permita a proteção das populações, é de facto este plano que nós iremos aprovar. O simples facto de podermos chegar a um palanque e dizer que votamos contra, por uma razão que não consigo encontrar, peço desculpa, mas não posso deixar passar em branco.-----

E, se continuarmos a silenciar este tipo de atitudes, que são perfeitamente descaracterizadoras daquilo que são os princípios democráticos, comigo não contam. A partir de agora, sempre que isso acontecer, virei aqui denunciar.”-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e quatro membros presentes na sessão.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e três votos a favor e com um voto contra. -----

3.9-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO E PEÇAS CONCURSAIS REFERENTES AO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DA GESTÃO, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO, E FISCALIZAÇÃO DE LUGARES DE

ESTACIONAMENTO PAGO NA VIA PÚBLICA À SUPERFÍCIE NA CIDADE DE LAMEGO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que, no uso das competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 35º do regime jurídico das autarquias locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e doravante designado RJAL) e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, de acordo com o fundamento exposto na proposta de deliberação n.º 886/2023, com o conteúdo da informação n.º 779/2024-DFP e do parecer do Chefe de Divisão de Finanças e Património, no âmbito da abertura de concurso público para a “Concessão da gestão, exploração, manutenção, e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública à superfície na cidade de Lamego”, propõe à Câmara Municipal, nos termos do RJAL, ao abrigo da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33º, conjugada com a alínea ee), do mesmo número e posterior envio para deliberação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do artigo 25º:

- 1) Revogação das deliberações de abertura de procedimento e aprovação das peças concursais em reunião ordinária da Câmara Municipal de 27/11/2023 e sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/12/2023, nos termos do n.º 1 do artigo 165º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por razões de conveniência;
- 2) Autorização de decisão de contratar (artigo 36º Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual) e abertura do procedimento, por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º, dos artigos 131º e seguintes do CCP;
- 3) Aprovação das peças do procedimento: programa de concurso e caderno de encargos;
- 4) Nomeação:
 - 4.1) Do júri do concurso e delegue (art.109º do CCP) nos membros que o constituem, a prestação de esclarecimentos e a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas:

Presidente: Hélder João Pereira dos Santos, Chefe da DSSU.

Membros efetivos: Paulo Sérgio Ferreira Fernandes, Chefe da DFP (substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Paula Cristina de Castro Relva, técnica superior da DSSU;

Membros suplentes: Ana Isabel de Almeida Ferreira Pinto, Chefe de USU e Luís Miguel Pires Paiva de Cardoso Pinto, técnica superior da DSSU.

4.2) Do gestor do contrato: Hélder João Pereira dos Santos, Chefe de DSSU;

4.3) Do Técnico Procedimental na plataforma eletrónica e Gestor do Procedimento:

Mónica Isabel Lamelas Gonçalves, técnica superior da DFP, e Gracinda Claudina Conceição Silva Sabença, técnica superior da DFP (substitui a técnica superior nas suas ausências e impedimentos).-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara Municipal** para proferir os seguintes esclarecimentos, sobre este ponto: *“A gestão do espaço público exige ferramentas atualizadas que permitam que o estacionamento na via pública, possa ser utilizado em função das atividades económicas que cada zona comporta, nomeadamente quando o comércio, os serviços, o turismo têm um relevo importante ou também assegurar, em determinadas zonas da cidade, funções residenciais que possam servir de forma adequada os moradores.*-----

Para quem circula na cidade, para quem procura um lugar de estacionamento, nomeadamente para quem não conhece e nos visita, encontrar um lugar disponível, poder dirigir-se a um parquímetro, tirar o respetivo ticket, fazer o seu pagamento por meios telemáticos, através de MB Way, por via verde, ou o que seja, é fundamental.---

Ter, se possível, a indicação dos lugares disponíveis para poder utilizar o navegador GPS do telemóvel, ou do carro e encontrar um lugar de estacionamento é um objetivo que muitas cidades estão a perseguir e que gostaríamos também de ter em Lamego.--

Ter um regulamento de estacionamento tarifado na via pública que responda aos problemas, por exemplo, dos moradores, ter um cartão de morador, ou dos utilizadores que precisam de um estacionamento de longa duração, porque quando estacionam o carro de manhã saem para trabalhar e não podem vir fazer a colocação das moedas, ou de outra modalidade de pagamento no parquímetro, é também um elemento de modernidade que nós gostaríamos de ver, na nossa gestão de estacionamento. -----

Há, ainda, outro aspeto muito relevante. A Câmara Municipal de Lamego, ao fazer a gestão direta do estacionamento, tem que afetar um conjunto de recursos, nomeadamente recursos humanos, à gestão do estacionamento. Mas, há um aspeto que não consegue assegurar, que é a fiscalização e a fiscalização é efetuada pela PSP, Polícia de Segurança Pública, no âmbito do Código da Estrada. Ou seja, qualquer infração de estacionamento tem uma coima, uma contraordenação que é muito pesada e que não tem que ser assim.-----

Estacionar em cima de um passeio, ou numa passadeira, e não colocar o ticket, porque se encontrou um amigo e se ficou cinco minutos a conversar na via pública e chegou tarde ao carro, não tem, obviamente, o mesmo nível de gravidade, não deve ser penalizado da mesma forma. -----

Por isso, um sistema moderno de estacionamento na via pública deve ter um modelo de fiscalização que seja eficaz, que seja permanente e que tenha, efetivamente, as penalizações, previstas em regulamento e que sejam proporcionais ao prejuízo, para a concessão que decorre do não pagamento e ao tempo de estacionamento utilizado e que não foi pago. -----

Para termos um sistema moderno de estacionamento, desta forma que acabei de explicar, teríamos duas opções. Uma era fazer investimentos avultados, por parte do município, e munirmo-nos de recursos humanos e técnicos, nomeadamente ao nível de aplicações informáticas, para fazer esta gestão, ou então concessionar, a privados, a gestão do estacionamento de superfície na nossa cidade.-----

Temos modelos de estacionamento nas cidades vizinhas, desde o Peso da Régua a Viseu, que funcionam bem. Temos exemplos um pouco por todo o país. Penso que não nos divide, nesta matéria, nenhuma questão ideológica. Há municípios de todos os partidos, que têm estacionamento concessionado na via pública e, por isso, em Lamego também o poderemos ter. -----

Temos, igualmente, do ponto de vista dos critérios de adjudicação, previstos no caderno de encargos, acautelada a receita que o município irá receber e que não será inferior à que hoje recebe, com a gestão direta e ainda podendo reafetar a outras tarefas, as pessoas que têm, neste momento, afetas à gestão do estacionamento de superfície. -----

Pensamos, assim, poder estar a prestar um bom serviço aos lamecenses, muito especialmente ao comércio e aos serviços, que estão instalados no centro da cidade, e a todos aqueles que nos visitam e que poderão utilizar estacionamento, em sistema rotativo, cumprindo regras apertadas, sujeitos a uma fiscalização permanente e, no fim, com um custo que será globalmente inferior, posto que, neste momento, praticamente um terço da receita do estacionamento de superfície em Lamego, ou seja, dos parquímetros não vem do pagamento que os utentes fazem, mas sim das multas, das coimas que lhes são aplicadas pela PSP e que exigem da parte do município um recurso humano, no caso, uma jurista, afeta a esse serviço em permanência. Ou seja, temos perdas de eficiência que, com uma gestão concessionada do estacionamento, o que iremos melhorar. -----

Nesse sentido, eu proponho à Assembleia Municipal, que aprove o lançamento do concurso para o lançamento a concurso da concessão do estacionamento de superfície na cidade de Lamego.” -----

*Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir o seguinte: “Relativamente a esta proposta noto que é exatamente a mesma que já discutimos e que, aliás, foi aprovada na última sessão da Assembleia Municipal. Nesse sentido, gostaria de saber porque é que isto acontece.-----*

Recordo que algumas questões foram inclusive lançadas pelo nosso grupo municipal, e que demonstram, precisamente, que este modelo de estacionamento tem vantagens e desvantagens. -----

Concordo com as vantagens que o senhor Presidente anunciou, nomeadamente o facto de termos, neste caso, máquinas mais modernas, que permitem, pagamentos digitais, a questão da redução de penas, concordo totalmente com tudo isso.-----

O único problema tem a ver com o aumento do estacionamento pago. Neste ponto, o Partido Socialista não entende que seja a melhor estratégia, com vista àquilo que deve ser o fomento e a promoção do nosso comércio local.-----

Nesse sentido, lanço um desafio, que é, porque não termos a instituição e o compromisso deste novo concurso, mas sem aumentar o estacionamento pago.-----

Gostaria verdadeiramente de perceber até que ponto isto não será possível, até porque estamos a falar de estacionamentos estratégicos, de pessoas que vêm ao comércio local, e se queremos realmente aumentar essa dinâmica na nossa cidade, julgo que essa não seja a melhor estratégia.-----

Por isso, reitero até que ponto não será possível termos esta transformação, com a qual concordo, mas sem existir o aumento do estacionamento pago.”-----

O senhor **Presidente da Câmara** proferiu o seguinte: “A intervenção do deputado Romeu Sequeira suscita-me, de facto, um pedido de desculpa à Assembleia, porque devia ter justificado a razão de estamos a revogar a abertura de um concurso, que já tinha sido aprovado e estarmos a apresentar uma nova proposta.-----

O que aconteceu foi que o concurso foi preparado pela Divisão de Sustentabilidade e Serviços Urbanos, foi feito um benchmarking a todos os concursos que foram lançados recentemente a nível nacional, mas especialmente aqui na região e foi definido o modelo, em função daquilo que pareciam as melhores práticas.-----

Foram aproveitadas noções, que estavam incertas noutros concursos e, quando o concurso foi para a Divisão de Finanças e Património, para o Serviço de Aprovisionamento para ser tramitado, foi passado em revista e foram detetadas um conjunto de desconformidades, nomeadamente referências e remissões legais, provavelmente, porque a base que tinha sido utilizada noutros concursos, estava desatualizada, do ponto de vista da legislação da contratação pública, que está sempre a alterar. Portanto, a justificação para vir um novo concurso para aprovação, é esta. Há uma tabela, que foi à reunião de Câmara, que refere quais foram os itens que tiveram que ser alterados, ou clarificados, apenas para responder estritamente ao Código dos Contratos Públicos. -----

Relativamente à questão mais substantiva que o senhor deputado Romeu Sequeira colocou, esta solução tem vantagens e tem desvantagens, é assim como tudo na vida. Em relação às desvantagens referidas, sobre o aumento da área de estacionamento, são apenas duas situações, muito pontuais, que é o estacionamento da Rua de Almacave, junto ao salão paroquial e o estacionamento junto ao Posto de Turismo.

Qual é a situação? Nós temos a interpretação contrária. Esta situação vai melhorar o acesso ao comércio e serviços da zona envolvente. E porquê? Porque sendo o estacionamento não pago mais próximo da zona comercial, tende a ser ocupado por quem chega primeiro de manhã. Ou seja, quem vem para o seu negócio, ou quem vem trabalhar na zona central, vai estacionar nesses lugares que são os mais

próximos da zona comercial. Isso vai inviabilizar, durante todo o dia, a rotação de estacionamento. -----

Portanto, ao abrirmos estas duas novas bolsas, obrigamos a que as pessoas, que começam a trabalhar, por exemplo, às 8 da manhã e que querem deixar o seu carro estacionado o dia todo, tenham que se deslocar um pouco mais para longe. O que, no caso em apreço, nem é muito grave, pois em relação ao parque de estacionamento da Rua de Almacave, pode estacionar na Rua Bernardo Pinheiro da Aragão ou na Rua de Fafel. Em relação ao parque junto ao Posto de Turismo, pode estacionar na rua da Central de Camionagem, ou até do outro lado da rua, no Parque do Cerrado.-----

Portanto, em relação a essas situações, não são graves. A partir dali, o estacionamento pago obriga a uma rotação, o que vai servir muito melhor o comércio.

Por outro lado, ainda em relação ao parque da Rua de Almacave, temos um projeto que iremos lançar, já está aprovado, que é o dos Bairros Comerciais Digitais, que abrange a Rua da Almacave e parte da Av. 5 de Outubro e que vai envolver a requalificação do parque de estacionamento junto ao Mercado Municipal.-----

Esse parque é um pouco desconforme, está previsto para camionetas e para veículos ligeiros. Será remodelado, será melhorado, quer no seu aspeto estético, quer na sua funcionalidade e será, sobretudo, interligado com uma ideia, um conceito de bairro comercial em que os comerciantes possam ter um gestor de bairro, que vai promover o contacto entre eles, vai ajudar a ultrapassar alguns problemas, vai ajudar a gerir também diretamente com a autarquia, estas questões do estacionamento, da publicidade e da animação comercial dessa zona.-----

Portanto, estamos convictos de que esta proposta de alargamento pontual da área de estacionamento tarifado, que serão cerca de 120 lugares, vai beneficiar o comércio e os serviços e não prejudica fortemente quem usa estes parques para o estacionamento ao longo de todo o dia, porque tem exatamente nas imediações, do outro lado da rua, estacionamento gratuito, que pode continuar a procurar.-----

Nesse sentido, considero esta proposta vantajosa para o município, mas sobretudo é vantajosa para os munícipes, é vantajosa para os nossos comerciantes e para as atividades económicas instaladas no centro da cidade.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e três membros presentes na sessão. -----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor, com seis votos contra e uma abstenção. -----

3.10-ASSUNTO: REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAMEGO-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Lamego. -----

Mais propõe que, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, seja remetido à Assembleia Municipal para deliberação.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir os seguintes esclarecimentos sobre este ponto: *“Na sequência da intervenção que fiz logo no início da sessão desta Assembleia, a propósito do Conselho Municipal de Juventude e também do Plano Municipal de Proteção Civil, reitero que o município tem vindo a levar a cabo a elaboração de um conjunto de documentos estratégicos, de estratégias municipais, de cartas municipais e de planos municipais e tem também instalado os respetivos conselhos municipais.* -----

A área da saúde é nova para nós, mas é uma área em que vamos intervir de uma maneira muito intensa, até por via da necessidade que temos, em Lamego, de forma premente de agir em termos de infraestruturas e, portanto, o projeto do novo Centro de Saúde estará dentro de semanas em condições de ser lançado a concurso, o que não inviabiliza, que continuemos, como já referi, a fazer pequenos investimentos nas instalações existentes, quer no Centro de Saúde de Fafel, quer instalações para realojar a Unidade de Saúde Pública, bem como dar resposta a todas as necessidades que pontualmente têm surgido, seja em termos de alargamento de horários, que acarreta custos funcionais, em termos de limpeza e vigilância para o município.-----

Não estamos a fazer contas, relativamente àquilo que foi o protocolo de transferência de competências que assinamos com o Estado, em relação àquilo que nos custa.-----

Estamos, apenas, a tentar estruturar um modo de funcionamento, numa área que era relativamente distante, para que possamos ser uma mais-valia, ser um elemento de apoio efetivo às Unidades de Saúde que temos no nosso concelho e à prestação de efetivos cuidados efetivos de saúde e qualidade à nossa população.-----

Nesse sentido, quer o Plano Municipal e a Carta de Saúde, que queremos elaborar como o regimento de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, são fundamentais nesta estratégia de articulação, entre uma área que até aqui dependia do Estado de forma praticamente exclusiva, pois os municípios tinham apenas um representante no Conselho da Comunidade do ACES, para uma situação nova, em que o município é de facto parte desta estrutura e queremos, efetivamente, ter regulamentada a nossa forma de atuação e devidamente articulada com as estruturas do Ministério da Saúde, que estão presentes no nosso território.-----

Penso que não há nada a apontar em relação a este documento, que é um regimento de funcionamento muito simples, que basicamente segue aquilo que está estipulado na lei e não merecerá grandes reparos, por parte dos senhores deputados municipais, propondo, assim, a sua aprovação.”-----

Tomou a palavra o senhor **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“A Coligação que represento irá votar favoravelmente este Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Lamego, no entanto, aproveito a oportunidade para enfatizar o papel do mesmo e tentar enquadrá-lo um pouco mais.*-----

Estamos no meio de um processo de alteração a nível da saúde, um processo que tem a ver com a criação das ULS, Unidade Local de Saúde, e também com processo de delegação de competências, que começa a ser efetivo na organização e no papel que a comunidade tem através, neste caso, do município.-----

A ULS está a sofrer um processo de transformação de toda a prestação de cuidados, quer a nível dos antigos centros de saúde, quer a nível do próprio hospital, com criação de estruturas próprias, para mudar um pouco a missão do que é a saúde.-----

Penso que isto nos interessa a todos e queria aqui voltar a referir a importância deste regimento, porque pode contribuir precisamente para este processo.-----

Esperamos conseguir concretizar essas mudanças. Refiro-me concretamente à integração de cuidados, ou seja, melhorar a interligação entre os cuidados de saúde primários, os cuidados de saúde diferenciados e a própria comunidade.-----

Refiro-me também da questão da promoção da saúde e ela pode e deve ser feita a nível municipal. Refiro-me à prevenção da doença, outra área onde as estruturas municipais podem ter um papel ativo na proximidade de cuidados. Quanto mais próxima for a prestação dos cuidados, melhor é a resposta às necessidades das pessoas. E aqui o município também pode ter um papel diferenciado e muito importante. -----

Nesse sentido, o Conselho Municipal de Saúde é um espaço próprio para as pessoas, todos os agentes da comunidade podem contribuir e podem participar.-----

Lembro, por exemplo, que uma das funções principais que tem este Conselho Municipal de Saúde é emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde, sobre a carta de saúde. Portanto, temos uma oportunidade de ter uma voz ativa, através deste Conselho Municipal de Saúde. -----

Aproveito a oportunidade para reforçar e dar uma nota sobre o papel que a Comissão Municipal de Acompanhamento para o setor da saúde, pode ter. Ou seja, um conjunto de peças que estiverem devidamente articuladas e com o papel específico do nosso município pode melhorar a prestação de cuidados de saúde a todos nós, que é isso que todos precisamos.” -----

*O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e seis membros presentes na sessão.-----*

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, dos presentes.-----

3.11-ASSUNTO ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE-----

*O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, nos termos da lei em vigor, um dos representantes do Conselho Municipal de Saúde terá de ser um dos Presidente de Junta de Freguesia, eleito em Assembleia Municipal, em representação das freguesias do município.-----*

De seguida, informou que existia apenas que chegou à Mesa pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros, António Patrício Ribeiro Esteves.-----

Assim e tendo sido submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo. Realizado o ato eleitoral verificaram-se vinte e quatro votos favoráveis, seis votos contra e sete votos nulos.-----

Deliberação: Foi eleito o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões, António Patrício Ribeiro Esteves, para representar as freguesias do Município de Lamego no Conselho Municipal de Saúde.-----

3.12-ASSUNTO: TOMADA DE POSSE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE-----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que, de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal de Lamego, compõem a Comissão Municipal de Saúde os deputados únicos do Partido Chega e da CDU, o Presidente da Assembleia Municipal, ou a quem este delegar essa representação, e três representantes, do Grupo Municipal da Coligação PSD-CDS/PP e do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

Informou, ainda, que foi solicitada a indicação desses nomes, em devido tempo, aos grupos municipais, os quais fizeram chegar à Mesa os nomes dos seus representantes. -----

De seguida, afirmou que é a essa Comissão que irá dar posse, sem prejuízo de, nos termos do Regimento da Comissão da Saúde, poder ter e poder integrar, por sua decisão, elementos externos à Assembleia Municipal os quais possam acrescentar, uma visão interessante para o desenrolar da referida Comissão.-----

Por fim, leu e assinou o auto de posse e, posteriormente deu posse aos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

“De acordo com o artigo 26º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75, 2003, de 12 de setembro, segundo o qual, compete à Assembleia Municipal «deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município, sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da Câmara Municipal» e nos termos do artigo 44º do Regimento Interno da Assembleia Municipal de Lamego, segundo o qual, «a Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado», procedeu à Assembleia Municipal de Lamego à criação da Comissão Municipal de Acompanhamento para o Sector da Saúde, por deliberação tomada em sessão ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2023. Assim, pelo apresentado, o Presidente da Assembleia Municipal de Lamego dá posse aos seguintes membros da referida Comissão:-----

José Manuel Lourenço Correia; António Patrício Ribeiro Esteves; Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho; Nuno Miguel Lázaro Gonçalves; António Manuel Ferreira Penela; Olga Maria Botelho Cardoso Ramos; Alexandre Costa e Souza Hoffmann-Castella e Viriato Pina de Lemos.”-----

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.-----

3.13- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.14- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às quinze horas da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior, Mabilde Rosa Pinto Lopes, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior